



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA

LAIS DOS SANTOS MARTINS

TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (CHS)
E ATIVIDADE TURÍSTICA

Salvador

2011

LAIS DOS SANTOS MARTINS

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (CHS)
E ATIVIDADE TURÍSTICA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, Departamento de Ciências Humanas da UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Medina Velasco

Salvador

2011

LAIS DOS SANTOS MARTINS

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (CHS)
E ATIVIDADE TURÍSTICA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Turismo e Hotelaria,
Departamento de Ciências Humanas da
UNEB, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Turismo
e Hotelaria, à banca examinadora.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Medina
Velasco**

**Professora Doutora Miriam Medina Velasco – orientadora
Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas**

**Professora Doutora Ana Paula Carvalho da Cruz Feitosa
Mestra em Educação e Doutora em Artes Cênicas**

**Doutora Jacileda Cerqueira Santos
Mestra em Geografia**

Salvador

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe pelo apoio durante meu último semestre e o amor incondicional dedicado a mim.

A minha querida orientadora Miriam Velasco pelo incentivo em todos os encontros e emails, por ter acreditado em mim e pela paciência.

A minha chefe Sheyla pela compreensão em todos os momentos, pelas folgas e compensas, além do companheirismo.

Aos meus amigos, em especial Liz e Amanda pelo apoio incessante, paciência e preocupação.

*Deus entendeu de dar a primazia
Pro bem, pro mal, primeira mão na Bahia
Primeira missa, primeiro índio abatido também
Que Deus deu
Que Deus entendeu de dar toda a magia
Pro bem, pro mal, primeiro chão na Bahia
Primeiro carnaval, primeiro pelourinho também
Que Deus deu*

(Gilberto Gil)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as transformações urbanas na localidade do Centro Histórico de Salvador – CHS, e sua relação com as atividades turísticas, com ênfase no período de 1967 a 2010. A área constitui um dos cartões postais de Salvador, visitada durante todo o ano e conhecido mundialmente. A área tem sido alvo de projetos de revitalização, a fim de tornar a atividade turística sua principal atividade econômica. O estudo está baseado em pesquisas bibliográficas e documentais que possibilitam o entendimento do desenvolvimento da atividade turística na região do CHS, bem como, a caracterização das principais ações e suas implicações. Com base no estudo foram identificadas as modificações da estrutura original da área em decorrência dos novos valores trazidos pelo turismo e assimilados pela população local. Como resultado, pôde-se verificar que o turismo exerce grande influência nas relações sociais e na estrutura física do local.

PALAVRAS CHAVE: Turismo, Centro Histórico, Transformações urbanas.

ABSTRACT

This study has a its purpose, the analyzes of the urban location in the Historic Center of Salvador – CHS, and its relationship among its tourism activities, with emphasis on the period from 1967 until 2010. The region is a landmark of Salvador, visited throughout the year and known worldwide. The area has been the target of revitalization projects in order to make tourism its main economic activity. The study is based on library research and documentation that enable the understanding of development of tourism in the region of CHS, and what were the major actions and their implications. Based on the study were identified modifications to the original structure of the area due to the new values brought by tourism and assimilated by the local population. As a result, it could be seen that tourism has great influence on social relations and the physical structure of the site.

KEY WORDS: Tourism, Historic Center, Urban Transformations.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 ANTIGA RUA DOS MERCADORES E ATUAL RUA CHILE
- FIGURA 2 ELEVADOR LACERDA, IDERB
- FIGURA 3 DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR
- FIGURA 4 TRONCO DE MADEIRA E ARGÔLAS NO PELOURINHO PARA CASTIGAR ESCRAVOS
- FIGURA 5 VISTA DO LARGO DO PELOURINHO, IDERB
- FIGURA 6 SUBDIVISÃO PROPOSTA PARA OS LEVANTAMENTOS DE CAMPO: CHS A, CHS B, CHS C

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 MOVIMENTO DE EMBARQUES E DESEMBARQUES DE PASSAGEIROS DE 1991 A 2006

TABELA 2 MOVIMENTO DE EMBARQUES E DESEMBARQUES DE PASSAGEIROS DE 2007 A 2010.

TABELA 3 COMÉRCIO VAREJISTA OFERECIDOS NO CHS

TABELA 4 SERVIÇOS OFERECIDOS NO CHS

TABELA 5 MEIOS DE HOSPEDAGEM (MARÇO/2008)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALIMENTOS E BEBIDAS – A&B

ACOPELÔ – ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

BANEB – BANCO DO ESTADO DA BAHIA

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

CHS – CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

CIDEU – CENTRO IBEROAMERICANO DE DESARROLLO ESTRATÉGICO URBANO

CONDER – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA

EPUCS – ESCRITÓRIO DO PLANO URBANÍSTICO DA CIDADE DE SALVADOR

FPACBA – FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRÁFICA E ESTATÍSTICA

IPAC – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTITITÍSCO E CULTURAL

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTÍCO NACIONAL

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 SALVADOR E SEU CENTRO HISTÓRICO	16
2.1 A ocupação inicial do sítio urbano	16
2.2 Transformações na passagem do século XIX e no início do XX	18
2.3 Transformações no final do século XX	23
3 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CIDADE DE SALVADOR	29
3.1 Espaço urbano e turismo	29
3.2 Trajetória Da Atividade Turística Em Salvador (CHS)	39
4 TRANSFORMAÇÕES IMPOSTAS PELA ATIVIDADE TURÍSTICA NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (CHS)	43
4.1 A Intervenção no CHS de 1967 a 1990	43
4.2 A Intervenção no CHS de 1990 a 2000	45
4.3 Intervenções e atividades predominantes no CHS de 2000 a 2010	51
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Salvador é a terceira cidade mais populosa do Brasil, segundo informações do Censo de 2010, e um dos centros regionais mais importantes, que passou por inúmeras transformações, a partir da década de 1970, implicando na reorganização da base produtiva da economia regional. A cidade possuidora de um único centro, até a década de 1980, deu espaço a uma estrutura urbana complexa, com múltiplas áreas de atividades, incluindo o turismo.

Este trabalho busca fazer uma análise das transformações urbanas geradas pelo Turismo na área do Centro Histórico de Salvador – CHS, a partir da década de 1967, ano do primeiro projeto, até os dias atuais, considerando os aspectos sociais, culturais e econômicos. A abordagem tem como marco de referência a dinâmica da atividade turística na cidade de Salvador.

O CHS foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1984, e foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio da Humanidade, em 1985. O CHS está localizado no centro da área conhecida como Centro Antigo de Salvador, como será detalhado na parte do projeto que descreve a área de estudo. Segundo informações oficiais o CHS tem “0,8 Km², a sua delimitação inicia próximo ao Mosteiro de São Bento e segue até o Forte Santo Antônio Além do Carmo” (SALVADOR, S/D).

As iniciativas de intervenção sobre a área estudada têm uma longa trajetória desde a segunda metade do século XX. A partir da expansão do turismo em Salvador, principalmente na década de 1990 o CHS tornou-se o lugar de visitação indispensável no roteiro de todo turista, desenvolvendo o comércio e outros tipos de atividades. Assim também, entende-se que o CHS contribui como fator de atração do turismo para a cidade.

O turismo possui um impacto socioeconômico de representatividade para uma localidade e para o comércio de regiões impulsionadas por ele. Também é considerado, uma fonte de renda e de emprego, que desperta expectativa e esperança quanto a melhores condições de vida, no entanto, sendo a atividade turística impulsionada pela lógica da acumulação, como outra qualquer, apresenta contradições, podendo gerar simultaneamente benefícios e conflitos.

Assim, o hodierno trabalho vem analisar as implicações econômicas, sociais, culturais e turísticas na área estudada em decorrência da implantação das ações assinaladas pelos vários projetos promovidos pelas esferas de gestão municipal e estadual. A análise proposta contribuirá para a reflexão sobre as ações de melhorias por parte dos gestores públicos, contribuindo também para a divulgação de informações para a população local e para o entendimento da dinâmica da própria atividade turística da região.

A ausência de ações integradas para o local e a atividade turística vem demonstrar a necessidade de atuações mais efetivas voltadas para o planejamento da atividade no Estado, mais precisamente na cidade de Salvador. É no intuito de colaborar para a construção de novos projetos e pesquisas e pôr em prática alguns desses projetos que este trabalho analisa a área.

Deste modo, o presente trabalho torna-se mais uma contribuição para graduandos na área de Turismo, Sociologia, História e outras áreas, podendo vir a embasar futuros estudos a respeito do assunto, enriquecendo as discussões e a difusão de informações no âmbito acadêmico e da sociedade.

Portanto, considerando que o foco principal deste trabalho está em localizar as transformações na dinâmica urbana da localidade do Centro Histórico, ocorridas em função da atividade turística em Salvador, podem se levantar algumas questões preliminares que nortearam o desenvolvimento deste trabalho, tais como: quando a atividade turística passou a influenciar a dinâmica urbana na área? E quais foram as mudanças na infraestrutura do local para melhor atendimento da demanda turística?

Por finalidade a que é dedicado esse trabalho os objetivos fazem correspondência aos anteriores questionamentos e para tanto se faz necessária à apresentação e caracterização histórica da área, bem como, a identificação das transformações implantadas pela atividade turística a partir do ano de 1967, quando divulgação do primeiro projeto de revitalização.

Para alcançar os objetivos recorre-se aos métodos científicos, pois segundo Kaplan (1969) são de maneira satisfatória técnicas gerais para se tornarem comuns a todas as ciências ou a uma expressiva parte delas. Destarte, método é um conjugado de processos, ou de procedimentos comuns, fundamentados em princípios lógicos e racionais, que comportam a sua colocação em diferentes ciências.

A abordagem possui uma atitude investigativa, enfoque dialético no tratamento dos dados e no desenvolvimento das análises. Segundo Marconi e Lakatos (1996), a

seleção dos instrumentos metodológicos está ligada ao problema a ser estudado, onde a escolha dependerá dos mais variados fatores relacionados à pesquisa, isto é, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa e outros elementos que possam surgir durante a investigação.

Assim, de acordo com Oliveira (2002) pode-se desenvolver o presente estudo alicerçado no método dialético, utilizando-se a pesquisa bibliográfico-documental, fazendo caracterização da atividade turística e suas transformações no decorrer dos anos, bem como sua influência na atividade urbana da localidade estudada e a influência que esta localidade exerce na dinâmica urbana e nas atividades turísticas.

“A dialética se desenvolve como sendo um método de pesquisa que busca a verdade, por meio da formação adequada de perguntas e respostas até atingir o ponto crítico do que é falso e do que é verdadeiro” (OLIVEIRA, 2002, p.67). O método dialético tem como principais objetivos propiciar o diálogo para que seja possível chegar às respostas das questões propostas no presente trabalho, como define Lakatos (2007, p.101) “o objetivo da dialética é encontrar sempre vias de se transformar, desenvolver o fim de um processo é sempre o começo de outro.” Assim, em uma perspectiva dialética, são analisadas e compreendidas as transformações acarretadas pelo turismo no CHS e os elementos que a cultura local traz para a atividade turística, sendo uma relação mútua.

Quanto ao método de procedimento, não são exclusivos entre si e devem ser adequados a cada área de pesquisa. O método histórico ou de análise diacrônica será utilizado para a investigação dos acontecimentos ocorridos, com o intuito de verificar as transformações acometidas na localidade. A designação deste método de procedimento é explicada pela correspondência para com esta investigação, e trata de uma análise da influência do turismo na região escolhida, percebendo-se imediatamente a relação direta do método com o tema proposto.

De igual forma, o método comparativo será utilizado a fim de analisar as diferenças e/ou semelhanças dos estágios da dinâmica urbana, desde 1967 até os dias atuais, isto é, devido ao aumento do turismo na região, identificaremos quais são as modificações atuais em relação aos anos passados. Para que a identificação dos estágios da atividade turística esteja clara, houve a periodização em três fases: de 1967 a 1990, 1990 até o ano de 2000, e por fim de 2000 a 2010. A pesquisa documental irá contribuir no recolhimento, análise e interpretação das contribuições já existente sobre o assunto.

Todas as informações a serem coletadas serviram para uma análise nas considerações finais demonstrando os resultados mais significativos.

Este trabalho está disposto em quatro capítulos, sendo este o primeiro, onde estão descritos os aspectos que são essenciais à pesquisa: o tema, objetivos, metodologia e justificativa.

O capítulo 2 apresenta uma descrição da cidade de Salvador, com aspectos históricos da evolução urbana, e o objeto de estudo, Centro Histórico de Salvador – CHS, sua localização e contextualização histórica.

No capítulo 3 abordam-se as características do espaço urbano, sua relação com o turismo, o desenvolvimento do mesmo na cidade de Salvador estruturado segundo etapas, bem como a importância do Patrimônio.

O capítulo 4 dispõe das transformações mais relevantes ao trabalho, que são as transformações impostas pela atividade turística na área do CHS, dividida em períodos que vão de 1967 a 2010. Trata-se da intervenção que o Centro Histórico sofreu durante todo o período. Este trabalho finaliza com a conclusão, na qual se levantam as considerações finais.

2 SALVADOR E SEU CENTRO HISTÓRICO

A intensificação da atividade comercial foi um dos principais fatores impulsionadores do desenvolvimento de Salvador. A expansão comercial e marítima está diretamente ligada ao desenvolvimento do Estado da Bahia.

A finalidade deste capítulo é apresentar a cidade de Salvador, suas características históricas, com a construção de breve histórico urbano da cidade e a contextualização do CHS, ressaltando-se períodos importantes, apenas para um melhor entendimento das transformações relacionadas com o objetivo deste trabalho.

2.1 A OCUPAÇÃO INICIAL DO SÍTIO URBANO

A ocupação de Salvador sempre esteve marcada pela história geológica, segundo Mattoso (1992), onde os aspectos físicos em princípio contribuíram para o tipo de ocupação e desenvolvimento da cidade. Entretanto, as transformações ocorridas em Salvador são reflexos das políticas adotadas ao longo do processo histórico.

Com base em autores como Teixeira & Valla (1999), pode se referenciar alguns aspectos das origens da cidade de Salvador. Fundada no ano de 1549, para ser a primeira capital brasileira construída as expensas da coroa portuguesa, foi até 1763, sede administrativa da colônia.

A fundação da cidade do Salvador como importante praça portuária data desde os tempos coloniais, sendo comumente denominada, por décadas, como “a cidade porto”, “cidade voltada para o mar” e “importante porto exportador/importador”. Tal era a sua importância que, durante todo o período colonial até metade do Segundo Império, o porto de Salvador era considerado como principal ponto de distribuição de todo o Atlântico Sul (RIOS, 2008, p. 76).

Desde a criação, a cidade de Salvador e o seu porto foram de grande importância para o desenvolvimento da economia do Brasil e da sociedade, oferecendo condições para o tráfego de mercadorias por meio marítimo.

[...] A abertura do mercado brasileiro às nações amigas, em 1808, possibilitando que fosse comercializada livremente uma ampla variedade de produtos industrializados produzidos na Europa e

América do Norte, que abrangiam inclusive novos materiais de construção (BAHIA, 2010, p. 44).

Além das condições particulares locais, no que tange à defesa, as facilidades portuárias eram importantes, visto ser a comunicação marítima a única existente na época.¹

Centro do Recôncavo, região em torno da Baía de Todos os Santos, estruturada a partir do final do século XVI pela economia do açúcar, a cidade presidiu a maior rede urbana inteiramente criada nas Américas pelo poder colonial europeu (BRANDÃO, 1995, p. 94).

A cidade de Salvador, como referenciam os autores, foi idealizada como cidade fortificada, sendo que originalmente se alongava a partir de onde estão localizadas hoje a Praça Castro Alves e a Praça Municipal, esta última, considerada o ponto mais alto do terreno. Salvador foi a primeira capital brasileira, desenvolvendo-se em dois níveis: a Cidade Baixa, com o porto e os estabelecimentos comerciais; e a Cidade Alta, composta pela área administrativa, onde se encontravam os prédios governamentais, edificações religiosas e residências da aristocracia colonial.

Com o desenvolvimento da atividade portuária, da cultura da cana-de-açúcar e da comercialização do algodão, do fumo e do gado provenientes do Recôncavo Baiano, a cidade se expandiu em direção ao mar, ocupando uma estreita faixa costeira, configurando a denominada Cidade Baixa. Esta, com características de zona portuária e comercial, é separada pela encosta da Cidade Alta, assentada na cumeada, zona predominantemente residencial que hoje corresponde ao Centro Histórico de Salvador (BAHIA, S/D, p. 18).

Em meados do século XIX, houve segundo SANTOS J., (2007b), um aumento da importância do porto, no que diz respeito à exportação da produção agrícola vinda do interior, devido à melhoria das condições de circulação de mercadorias, fosse por meio terrestre ou hidroviário.

Vasconcelos (2002, p.383) afirma que: “O centro tradicional de Salvador, com suas características topográficas, é dividido em duas partes, correspondendo à escolha realizada pelos seus fundadores, como ocorreu em vários casos na implantação de

¹ Considera-se um período conturbado com lutas prolongadas pela independência, que se deu na Bahia em 1823, dando destaque para as revoltas dos Malês, em 1835 e a Sabinada, 1837-38, sendo que esta última gerou violenta repressão por parte do governo da província, amedrontando a população que temia novas revoltas dos escravos.

idades portuguesas”. Nesse sentido, é apropriada a descrição de Milton Santos (referenciado geógrafo brasileiro) que a registra em seu livro “O Centro da cidade do Salvador” como:

Capital do Estado da Bahia é a mais antiga e característica das cidades brasileiras. Construída para ser a capital do país, durante três séculos foi à aglomeração urbana mais importante [...]. É uma cidade cuja paisagem é rica de contrastes, devido não só a multiplicidade dos estilos e da idade das casas, a variedades das concepções urbanísticas presentes, ao pitoresco de sua população [...], mas, também, ao seu sítio ou, ainda melhor, ao conjunto de sítios que ocupa: é uma cidade de colinas, uma cidade de dois andares [...], como é freqüente dizer-se, pois o centro se divide em uma Cidade Alta e uma Cidade Baixa (SANTOS, 2008, p. 19; 35-36).

A cidade possui uma topografia peculiar, onde as ladeiras e os terrenos acidentados interferiram de forma direta no processo de urbanização.² No final do século XIX, refletindo no desenvolvimento da cidade, houve o agravamento dos problemas econômicos. Tais problemas influenciaram no crescimento da população, que no final do mesmo século permaneceu quase estagnada até o início do século XX, de 174.412 em 1890, para 205.813 em 1900, segundo o Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano (CIDEU, 2010).

Nessa conjuntura, a Cidade Baixa, área comercial próxima ao Cais, em 1889, era considerada a parte mais importante da cidade, onde as ruas já eram asfaltadas e as principais cortadas por linhas de bondes.

2.2 TRANSFORMAÇÕES NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Por volta de 1890 as ruas e caminhos de Salvador conservavam-se sem muitas modificações, e a única nova via pública, entre a Cidade Alta e Baixa era a Ladeira da Montanha, aberta a circulação em 1878, proporcionando uma ligação mais fácil entre “as cidades” e o porto, de acordo com a autora Mattoso (1992).

[...]1890 a 1940 é uma etapa no processo de urbanização de Salvador. As características desta etapa foram: expansão física e modernização urbanística ligadas ao crescimento vegetativo da população, à

² Salvador foi erguida no alto de uma escarpa, sobre forte declive até a Bahia de Todos os Santos, obedecendo a uma lógica portuária e defensiva, criada com base no modelo militar de defesa contra possíveis invasões provenientes do mar.

expansão do comércio local e aos investimentos externos já mencionados (SANTOS MÁRIO, [199?], p. 21).

Em 1920, com as obras de modernização na freguesia de Conceição da Praia, foram realizadas obras como a melhoria dos transportes, aterramentos, bem como a modernização do Porto de Salvador.

Na década de 1930 desenvolveu-se uma visão segundo a qual os problemas urbanos são causados pelo crescimento sem planejamento, e que a existência do mesmo integrado com técnicas e métodos bem definidos, seria indispensável para solucioná-los. Salvador crescia e se espalhava rapidamente. Em fevereiro de 1935, no evento conhecido como a Semana de Urbanismo foi proposta a criação de redes de avenidas ao fundo dos vales.

A primeira experiência de planejamento urbano em Salvador deu-se na década de 40, com o EPUCS – Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador, cujo trabalho ficou conhecido como Plano Mário Leal Ferreira, em alusão ao seu coordenador. A primeira iniciativa data de 1935, com a Semana de Urbanismo, de cuja organização participou a Comissão Organizadora do Plano da Cidade pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal. Foi realizado, então, um seminário, que levantou aqueles que eram considerados os principais problemas da cidade, basicamente questões relativas às suas condições sanitárias: elevada incidência de tuberculose, associada à insalubridade das habitações, falta de saneamento, estreiteza das ruas e conseqüentes dificuldades de transporte, deterioração do patrimônio histórico e artístico e pouco aproveitamento dos recursos naturais (FILHO, 1991, p.5).

A primeira Semana de Urbanismo, derivada do movimento modernista, deu início a um novo ciclo, responsável por demarcar a passagem para outras ideias, que não estavam mais centradas na visão de urbanismo tópico.

“A abertura das avenidas de vale extirpou do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador” (CARVALHO & PEREIRA, 2008, p. 85).

Em 1940 as mudanças na estrutura produtiva, sendo mais importante a constituição de novas relações tempo-espço, e a redefinição na centralidade urbana marcado pelo forte movimento de industrialização no país, que foram responsáveis em redefinir os caminhos da urbanização, alterando a estrutura urbana soteropolitana. O processo acelerado da expansão urbana de Salvador, a partir da década de 1950,

aumentou a demanda por áreas residenciais que até o momento concentrava-se no centro. Criaram-se outros vetores da cidade, não só em direção à orla, como Itapuã, mas também para o Subúrbio Ferroviário, regiões consideradas locais de veraneio.

As construções das avenidas de fundo vale ligavam o Centro Tradicional a essas novas áreas residenciais da cidade e seriam os principais vetores para o transporte coletivo (SANTOS, J., 2007a). Assim, como base em Vasconcelos (2002, p. 313) “em 1949 foi construída a primeira avenida de vale proposta: a Avenida Centenário”. De acordo com Scheinowitz (1998), dando continuidade ao processo de implantação das avenidas de vale, na segunda metade da década de 1950, tem-se a construção da Avenida Vasco da Gama em 1955, e posteriormente em 1958 o início da Avenida Contorno.

O crescimento econômico brasileiro das décadas de 60 e 70 redefiniu a expansão urbana nos grandes centros como no caso de Salvador, que baseada na industrialização adaptou suas formas de utilização da força de trabalho, sofrendo grandes transformações na estrutura sócio-econômica.

O centro clássico e bipolar (constituído pela Cidade Baixa e Cidade Alta) da cidade era o local para o trabalho, negócios, compras e lazer cultural, ainda que existissem subcentros volvidos para a população local ou próxima, como o da Calçada.

Segundo Vasconcelos (2002), um conjunto de fatores transformaram Salvador numa metrópole polinuclear: o crescimento da cidade, o aumento de sua complexidade e heterogeneidade, o impacto de investimentos industriais (Petrobrás e Pólo Petroquímico); as novas formas de atividades comerciais e de serviços; a ampliação dos interesses imobiliários, o desenvolvimento da construção civil e da verticalização; e as dificuldades de circulação e de estacionamento nas áreas centrais.



Figura 1 – Antiga Rua dos Mercadores, atual Rua Chile (S/D)

Fonte: Documentário Centro Histórico - A Memória de Salvador, 2004, IRDEB

De acordo com o documentário Centro Histórico – A memória de Salvador, (BAHIA, 2004), a expansão da cidade e o alargamento da malha urbana de Salvador, a partir da segunda metade do século XIX, foram possíveis devido ao grande aumento e a melhoria dos transportes, bondes, elevadores e planos inclinados, bem como, pelo transporte por estrada de ferro. Nas ruas por onde os trilhos passavam eram erguidos edifícios, que acabavam por valorizar o patrimônio urbano. Como exemplo de melhorias no transporte é possível citar o Elevador Lacerda, data de 1873 com 72 metros de altura, sendo até hoje um dos principais cartões postais da cidade, e o elemento mais simbólico de representação da ligação com rapidez, entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa.



Figura 2 – Elevador Lacerda (S/D)

Fonte: Documentário Salvador em película – Um século de memória 1999, IRDEB

Assim, Salvador alcançou uma estrutura urbana complexa, com múltiplas áreas de concentração de atividades, algumas bastante especializadas.

[...] A expansão de suas atividades conduziram à modificação da fisionomia do centro, provocando o aparecimento de grandes edifícios construídos nos espaços vazios, ou substituindo velhas casas. É a esse conjunto que os baianos chamam ‘A Cidade’ quando se referem à parte alta, e ‘O Comércio’, quando falam da parte baixa do centro de Salvador. É aí que a vida urbana e regional encontra o seu cérebro e o seu coração (SANTOS, 2008, p.20).

Salvador ganha nova configuração no início do século XIX. Novas atividades vão se desenvolvendo, entre elas a atividade turística.

2.3 TRANSFORMAÇÕES NO FINAL DO SÉCULO XX

Salvador passou por mudanças intensas ao longo das duas últimas décadas, desde 1990, onde os investimentos impetrados no âmbito industrial na região metropolitana e os excedentes da produção agrícola de diferentes regiões do Estado da Bahia foram responsáveis por redesenhar espacial e economicamente a cidade.

As transformações decorrentes da reorganização da base produtiva da economia regional foram consolidando um dos centros regionais mais importantes do país

Essas mudanças foram responsáveis pela reconfiguração de sua face urbana, outorgando-lhe a feição contraditória que hoje a caracteriza: ao mesmo tempo um pólo de comércio de bens e serviços e também um dos exemplos mais contundentes da exclusão econômica e social dentre as cidades brasileiras (CIDEU, [199?]).

Salvador representa um exemplo de como a estrutura urbana se adapta as novas dinâmicas ao longo do tempo. A cidade colonial alta, mais bem conservada, respondia às exigências defensivas e residenciais, além de também incluir funções administrativas. A Cidade Alta alargou suas vias de tráfego, para atender às novas exigências urbanas e ao aumento da circulação entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta.

Com as renovações urbanas da época, surgiram também a necessidade de criação de infraestrutura adequada para receber os visitantes que na época tinham um grande poder aquisitivo. Assim, próximo ao Centro Histórico, na Rua Chile, foi construído o primeiro empreendimento turístico privado, que estava voltado para um público de elevado poder financeiro (GOTTSCHALL & SANTANA, 2006). O Palace Hotel foi considerado o primeiro hotel de luxo da Bahia, datado de 1934.³

Segundo Santos E. (2006), na década de 1940, com as modernizações a Cidade Baixa já contava com a Avenida Jequitaia, que crescia em paralelo com a baía. Esta parte da cidade abrigava construções, bem como algumas avenidas pavimentadas. Construída sobre os aterros do porto, a Cidade Baixa passou a ser puramente uma área comercial.

³ Foi construído com material importado, com modelo arquitetônico considerado avançado para o período.

De modo geral, o caso de Salvador é o das grandes cidades que marcam uma espécie de traço de união entre um mundo rural a cuja vida preside e do qual ela comercializa os produtos, e um outro mundo, industrializado, que lhe compra essas mercadorias. Essa constante história urbana desde a fundação da cidade coloca em relevo o seu papel de porto, cuja atividade se reflete nas diferentes etapas de valorização do território; e, em última análise, é a principal responsável e pela elaboração do organismo urbano [...] (DIAS C., S/D, p. 7, *apud* SANTOS, 1959, p. 23).

Na década de 1960, Salvador sofre transformações ainda mais profundas:

Ao mesmo tempo em que a centralidade do porto entrava em declínio, iniciava-se uma intensa reestruturação das vias que visavam a atender as demandas de integração entre as várias áreas da cidade, além de ter um papel indutor de novas centralidades, a partir da exploração e produção do petróleo no Recôncavo Baiano e da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA). [...]. A imbricação entre os interesses públicos e os interesses privados na produção do espaço na cidade do Salvador, oferece, mais tarde, condições excepcionais para a integração da cidade aos circuitos nacionais do capital, sobretudo, através dos fluxos que envolvem cultura, turismo e lazer (DIAS, C. S/D, p. 7-8).

Na década de 1990, as principais medidas estavam em desenvolver Salvador como um dos atrativos culturais, de lazer e turismo do país. A cidade assume no final da primeira década do século XXI, um caráter metropolitano, apresentando uma diversificada base industrial e de serviços. As principais melhorias urbanas foram direcionadas para o desenvolvimento do turismo com a exploração de áreas públicas e privatização de serviços urbanos. Entre as principais intervenções destacam-se: a requalificação de áreas do centro histórico; intervenções pontuais e melhorias em áreas públicas da cidade como praças e parques; e assim também vale se referenciar a discussão da requalificação da área do Comércio. Foram algumas dessas melhorias que contribuíram para o aumento da demanda turística na área. Ainda entre algumas das reformas que foram feitas podem se citar: Dique do Tororó, localizado na Avenida Vasco da Gama, Parque de Pituaçu, a Avenida Centenário (na Barra) e o Parque das Esculturas no Museu de Arte Moderna, na Avenida Contorno, entre outras.

Os atrativos naturais, históricos e culturais, somaram-se como investimentos em maior volume na ampliação e qualificação do parque hoteleiro como equipamentos de apoio e lazer, comércio e serviços modernos voltados à atividade turística. Esses novos investimentos surgem dentro de um discurso de transformação da cidade, e,

portanto do seu Centro Histórico, modificando-o para um centro de turismo e lazer, na tentativa de dinamizar a economia baiana.

O Centro Histórico de Salvador (CHS) tem como núcleo central o Pelourinho, que é uma área de estilo arquitetônico barroco colonial, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como patrimônio da humanidade. A figura número três delimita a área do CHS e o seu entorno.

O CHS corresponde ao núcleo fundado, onde no século XVII, as primeiras construções como igrejas, monumentos e edificações coloniais tiveram início. O CHS era o lugar de moradia das classes mais abastadas e seus serviçais, mas também abriga o local onde se aplicavam os castigos em público aos escravos. O uso residencial ao longo do tempo foi se modificando segundo renda de seus habitantes e se mesclando ao comércio e aos serviços.

Na figura a seguir pode-se constatar a delimitação do Centro Histórico de Salvador e o entorno conhecido como Centro Antigo:

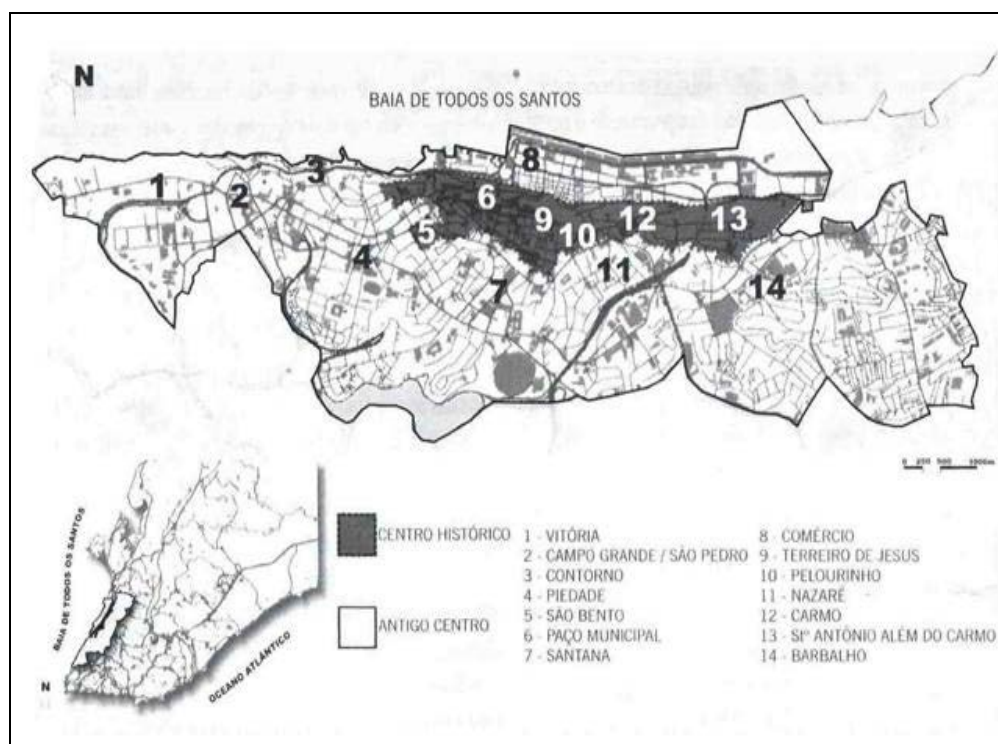


Figura 3 – DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR
Fonte: AMORIM (2010 apud GOTTSHALL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 18).

Segundo o documentário “Centro Histórico – A memória de Salvador” (2004), nos primeiros tempos de ocupação da cidade, o CHS, era apenas um caminho entre o convento dos Carmelitas, hoje Convento do Carmo, localizado na ladeira de mesmo

nome, e a aldeia dos Jesuítas, hoje terreiro de Jesus, como se pode observar no mapa. As ruas que surgiram nesse caminho com o passar dos tempos, deram origem a um largo em declive onde se localizava um tronco público de madeira com argolas, utilizado para castigar os escravos e infratores.



Figura 4 – Tronco de madeira e argolas no Pelourinho para castigar escravos (S/D)
Fonte: Documentário Centro Histórico - A Memória de Salvador, 2004, IRDEB

Considerada a principal área de desenvolvimento urbana no século XVIII, o Centro Histórico com sua arquitetura, assistiu a um período de prosperidade econômica com a descoberta do ouro e pedras preciosas, que modificou o quadro da economia baiana.

O Centro Histórico é um conjunto arquitetônico que reproduz a imagem do movimento da sociedade que nele reside e interfere participando da sua história. Um espaço só chega à situação de centro histórico quando o tempo e a cultura do local deixam nele os seus vestígios através das mudanças que se sucedem na sociedade refletindo na sua morada (MIRANDA & SANTOS, 2002, p. 11).

É importante salientar que o Centro Histórico de Salvador (CHS) era ocupado por famílias nobres do início do século XVII. As moradias do Centro histórico foram edificadas em um tempo em que o serviço de abastecimento de água e limpeza pública, como o recolhimento de dejetos deixados pelos senhores, eram feitos pelos escravos.

Dos séculos XVI ao XVIII, na medida em que Salvador evoluía como uma cidade comercial, o CHS, tornava-se o centro da aristocracia colonial com ricos casarios residenciais, religiosos e militares.

Igrejas de naves douradas e frontarias patinadas, cujos portais enormes, pelas noites, se transformam em restaurantes e abrigos [...]. E por ali, na lenta transformação da cidade, sobem e descem operários e normalistas, crianças e comerciários, gente de todos os estratos da sociedade permeável e móvel (BAHIA, 1997, p.93).

Novas formas de organização familiar, a oferta de alternativas melhores de moradias em locais afastados do centro, bem como as exigências de saneamento básico, fizeram com que a classe social abastada da população fosse habitar outras áreas da cidade. Esse deslocamento ocorrido em meados do século XIX, fez com que o centro de Salvador fosse gradativamente abandonado, relocando os casarios para grupos de renda mais baixas, e comerciantes da área.



Figura 5 – Vista do Largo do Pelourinho (S/D)

Fonte: Documentário Centro Histórico - A Memória de Salvador, 2004, IRDEB

Paralelo as transformações no CHS, de 1942 a 1949, o EPUCS – Escritório do Plano Urbanístico da Cidade de Salvador projetava o Plano Diretor da cidade. O PDDU de 2008 estabelece:

Prioridade para usos residenciais e atividades complementares nas intervenções em áreas degradadas do CHS, bem como implantação de terminais turísticos na Cidade Baixa, articulados diretamente com os equipamentos ascensores do sistema de transportes, aproveitando as condições de circulação na parte baixa do CHS e preservando a parte alta do tráfego intenso de veículos, em especial os de grande porte (PDDU, 2008a, p. 89 - 90).

A partir da década de 1950, a área sofreu ainda mais com o abandono devido às obras públicas, como túneis e avenidas, que fizeram a ligação da Cidade Alta com a Cidade Baixa, diminuindo a passagem pelo Centro Histórico. De acordo com Santos Neto (1991) a decisão do Governo do Estado pela transferência das atividades administrativas para o Centro Administrativo (CAB), no eixo do aeroporto, no início dos anos 1970 contribuiu para a degradação maior dos imóveis da área central, fazendo com que o CHS perder-se então a sua importância como centro político-administrativo.

De acordo com o IPHAN (1987, p. 135) “houve uma preocupação, em determinada época, de dotar a estrutura estadual de administração com edifícios, equipamentos necessários, pessoal, enfim condições de trabalho. Nas áreas tombadas a legislação impedia determinadas ações, e essas áreas não suportavam a expansão necessária para o governo estadual funcionar.”

Inauguram-se na cidade novos centros de troca, hipermercados, *shoppings*, trazendo para o CHS um esvaziamento, surgindo então, a necessidade de formular políticas e projetos novos para o CHS.

A descentralização das atividades públicas e privadas causou grande impacto no Centro Histórico da cidade levando a uma aceleração de sua decadência e a intervenções e renovação por decisão governamental (VASCONCELOS, 2002. p. 19).

O Centro Histórico tem sido objeto de reflexões e discussões sob os mais variados recortes e pontos de vista em diferentes meios. Cabe ressaltar que todos os processos de intervenção têm por finalidade o desenvolvimento do turismo na área do CHS, a fim de promover também o desenvolvimento econômico.

3 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CIDADE DE SALVADOR

Esta parte do trabalho tem como finalidade apresentar o espaço urbano e a sua relação com o turismo. Para tanto faz-se necessário uma discussão de alguns conceitos importantes para fundamentar a discussão e características gerais acerca do assunto.

3.1 ESPAÇO URBANO E O TURISMO

O conceito de espaço urbano está diretamente ligado a cada sociedade e suas concepções sociais e culturais. Segundo Corrêa (2000) o espaço urbano capitalista, fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, é um produto social, visto como resultado de ações acumuladas no tempo, produzidas por agentes consumidores do espaço. A ação destes agentes é complexa, e resulta da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades variáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela surgem, como por exemplo, a utilização da área do CHS com fins turísticos.

O espaço urbano reflete nas relações de produção. É ao longo da história da sociedade que esse espaço urbano se constitui. O espaço constitui-se na área que pode ser vivenciada e sentida por indivíduos ou por uma sociedade. A produção do espaço urbano está relacionada com os interesses entre os seus agentes, e é fruto das relações características conflitantes do capitalismo.

O desenvolvimento e a evolução de um determinado espaço não são restritos a uma regra e sim ao conjunto de relações e ações existentes neste espaço. Por isso não existe um tempo determinado para considerar acelerada a criação e desenvolvimento de um espaço [...]. O espaço, sendo ele dinâmico, reúne a materialidade e a ação humana. Ao longo da história do homem este veio se modificando e transformando conforme a necessidade humana [...]. Afinal, sendo as cidades um espaço socialmente construído e desenvolvido, são sempre mutáveis em resposta à dinâmica social, cultural e econômica de um lugar (SANTOS L., 2010, p.16 - 17).

Na localidade em questão, o cotidiano é representado pelas práticas do dia-a-dia das pessoas que ali habitam ou apenas circulam. O espaço urbano é construído no meio antes natural, sendo em seguida, determinado por ações sociais. Deste modo, será

determinado por meio das ações que ocorrem na cidade, como atividades econômicas e sociais.

O espaço urbanizado refere-se a um espaço produzido e conseqüentemente um espaço produtivo. Sendo assim, as transformações espaciais serão determinadas pelos principais agentes que utilizam o espaço e também por fatores políticos, econômicos e culturais (SANTOS L., 2010, p.16).

A expansão de determinadas atividades econômicas em um espaço gera mudanças positivas ou não para a comunidade local, como no caso da atividade turística. Nesse sentido, o turismo pode ser uma atividade que determina o espaço. A Organização Mundial do Turismo – OMT (2001), diz que o Turismo compreende o conjunto de atividades que realizam os indivíduos durante as suas viagens e permanência em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros, podendo alterar o espaço urbano e o cotidiano do local em uma relação mútua.

O espaço urbano é definido então por um conjunto de diferentes usos do solo, o que retrata o espaço fragmentado, tornando-se condicionante social, e abrange crenças, valores e mitos instituídos na sociedade, projetados nas configurações sociais, como monumentos, lugares históricos etc., configurações estas que a atividade turística utiliza-se.

A atividade turística, de certa forma, acaba se apropriando do espaço e determinando a sua dinâmica. Com isso, o ambiente é reorganizado, a cultura é materializada no espaço a ser consumido, de modo a privilegiar o espaço em favor da atividade turística e de fatores que movimentem significativamente a economia local (SANTOS L., 2010, p.18).

A atividade turística representa o elo do lugar com o mundo. O desenvolvimento do turismo transforma o ambiente, especialmente devido às inúmeras interações que essa atividade proporciona entre os visitantes e os residentes da comunidade receptora. A reconfiguração do espaço se dá por meio dos novos papéis e características que uma cidade tem a capacidade de vir a assumir ou abandonar.

O espaço urbano está em constante transformação. As relações sociais constituídas nele são propulsoras das diversas atividades estabelecidas, bem como a decadência ou o surgimento de novos centros ou pólos. O turismo também torna-se

responsável pela produção e conseqüente transformação do espaço, expressa nas relações sociais, responsáveis pelo processo de produção deste espaço. É através desse processo que é gerado e modificado o espaço turístico.

A atividade turística utiliza-se da infraestrutura e facilidades do espaço urbano para o seu desenvolvimento, podendo ser responsável pela produção ou reprodução desse espaço de acordo com as necessidades que são impulsionadas para a concretização da atividade turística. “É inevitável o uso do espaço urbano pela atividade turística. O espaço apropriado pelo turismo, geralmente, corresponde ao pedaço do espaço geográfico cuja produção, em parte, o desenvolvimento está sendo determinado pelo turismo” (SANTOS L., 2010, p.29).

O turismo, entendemos, é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo. Por ser uma prática social, o turismo é fortemente determinado pela cultura (CRUZ, 2001, p. 5).

Com base em Barreto (2000), pode se afirmar que no século XX, o turismo adquiria a sua maior importância, sendo considerado o motor de desenvolvimento urbano. A cidade passou a ser o espaço ideal não somente para trocas, atividades religiosas e artísticas, mas também para o turismo. Nessa perspectiva pode-se chegar ao conceito que melhor se adequou ao presente trabalho:

O turismo é um fenômeno que cresce e se espalha no tempo e no espaço de forma bastante incontrolável e imprevisível. A cada momento e em cada lugar em que o fenômeno turístico se reproduz, ocorre uma série de relações que sempre são, em algum grau, diferentes e nunca totalmente previsíveis (BARRETO, 2000, p. 20).

O turismo é um dos segmentos econômicos de maior crescimento. Países em desenvolvimento “analisam o turismo como uma das alternativas capazes de induzir melhoria na qualidade de vida de suas populações, ou seja, como uma atividade propulsora do desenvolvimento, gerando renda e emprego [...]” (LOPES, 1990, p.15) e, assim também, desenvolvimento de uma determinada localidade.

O desenvolvimento do turismo pode trazer benefícios ou custos para a população das sociedades receptoras, sejam consumidoras ou produtoras. Como consumidoras, elas podem ganhar acesso a uma multiplicidade de serviços, tais como, melhores estradas, novos hotéis,

serviços recreacionais mais desenvolvidos, grande variedade de restaurantes e muitos outros. Como produtoras, a população local pode receber maiores salários pelos recursos disponíveis de trabalho, habilidade e terra. A geração de empregos e a troca de cultura são pontos culminantes do fenômeno turístico e sua área a ser desenvolvida (RUSCHMANN, 2001 p.134).

Diante destes aspectos cabe avaliar quais são as contribuições do turismo nas relações econômicas sujeitas a interesses dos agentes, já que muitas vezes o turismo representa para uma região e uma comunidade um importante setor de desenvolvimento. Para Santos L. (2010) a atividade turística é considerada como depredadora e desenvolvimentista do espaço, pela apropriação que o turismo faz do espaço para desenvolver suas atividades e pela promoção da infraestrutura para o turista. Por outro lado, há ocasiões em que a atividade turística é considerada a única garantia de sobrevivência de um espaço, que existe em função do turismo.

O maior volume de estudos científicos sobre turismo provém das ciências econômicas, que analisam o crescimento e a movimentação de capitais a partir da chamada 'indústria' do turismo, ou seja, dos negócios turísticos. Mas estes são apenas uma parte dessa atividade, que vem se configurando como um fato social total (BARRETO, 2003, p.19).

O turismo aparece como um instrumento para “vender” a cultura local, desde que essa atividade estimule saldos positivos para a localidade ao desenvolvê-la no aspecto social e econômico, bem como poderia colaborar na conservação da sua identidade cultural.

As mudanças culturais que são visíveis em diversas localidades turísticas: a cultura local vai aos poucos assimilando os novos hábitos de consumo, e o bem-estar trazido pelos avanços tecnológicos cria novas necessidades [...]. Dessa maneira, velhos hábitos e costumes são, aos poucos, abandonados, o contato intenso com o 'exterior' cria novos padrões de comportamento, de consumo e cria um impasse, pois a essência é substituída pela aparência, o conteúdo pela forma, o ritual pelo espetáculo, a produção pelo consumo e a história pelo desenraizamento (SHIROSHIMA, 2002, p. 203).

Ainda que a atividade turística incida em uma atividade vinculada principalmente ao grande capital, possui efeito multiplicador, capaz de proporcionar oportunidades do mesmo modo para micro empresas, negócios e comércios, como bares, pousadas, albergues, restaurantes, lojas de artesanato, com as mais distintas

prestações de serviços que se distribuem por todos os espaços turísticos. Entretanto, a atividade turística pode “maquiar” um determinado lugar, fazendo com que o mesmo seja visto apenas como um lugar turístico, sem importar quais os problemas que realmente incidem sobre a área. É necessário que a atividade turística una-se a uma localidade de forma a contribuir para o desenvolvimento de ambas, trazendo benefícios para a população local, e conseqüentemente para a região.

No entanto, de modo geral e na perspectiva do desenvolvimento, a promoção do turismo [...] tem sido feita sem que ela seja planejada de modo sustentável e integrada à comunidade local, possibilitando a participação e a inclusão desta, tanto no que diz respeito ao seu planejamento quanto à fruição dos resultados obtidos com esta atividade (QUEIROZ, M. 2005, p. 115).

A atividade turística e a percepção da mesma em localidades podem ser apreendidas pelo grupo que compartilha do cotidiano dos núcleos receptores, isto é, as pessoas que vivenciam o turismo, usufruindo ou trabalhando com ele. É a comunidade local responsável por marcar a importância da terra e os seus atrativos, como os costumes, e festas comemorativas.

É possível perceber que o ambiente de uma localidade em que o turismo está inserido, é transformado, em virtude do desenvolvimento da atividade ou durante o seu processo de formação. Para Krippendorf (1989) quanto menor for o ‘desenvolvimento’ da região receptora, maior será a amplitude dos efeitos negativos socioculturais do fluxo turístico sobre a população local.

Diante das reflexões em questão pode-se observar que quando o turismo é incentivado em uma cidade como a principal atividade, pode se tornar gerador do desenvolvimento do padrão de vida local, bem como a atração para investimentos de capitais externos, melhoria da infraestrutura, e aumento da produção local, mas também pode trazer conseqüências em relação à depredação do patrimônio (natural, cultural, material etc.), bem como aumentar a desigualdade social e influenciar a cultura do local.

É a partir das reflexões desenvolvidas, que se torna possível distinguir espaço urbano e espaço turístico. O primeiro é à base de estruturação das cidades e das relações estabelecidas nesse espaço. O espaço turístico urbano consiste em uma forma de apropriação do espaço urbano para estabelecimento das atividades turísticas da localidade.

Para Cruz (2001, p.24) há uma distinção entre o espaço urbano determinado pelo turismo e o espaço urbano: “[...] no primeiro caso, trata-se da criação de um espaço produtivo.” O espaço urbano surge então, como suporte e também como atrativo para o turismo.

Fernandes (2002) afirma que os resultados positivos ou negativos dos impactos econômicos do turismo sobre uma comunidade dependem, em grande parte, do grau de desenvolvimento da região em estudo, pois qualquer indústria pode acarretar dois tipos de efeitos positivos sobre a economia: intensa atividade de investimento, com períodos de expansão quando da sua implantação, e, a operação propriamente dita.

Contudo, cabe frisar que em ambas as ocorrências e os impactos estão sujeitos à estrutura econômica da sociedade, isto é, ambos os impactos dependem da capacidade da economia local em fornecer bens e serviços demandados pelo setor turístico.

Todas as análises sociográficas são concordantes em demonstrar que a urbanização continua a ser variável determinante na geração da procura turística, apesar da democratização que o turismo teve nos últimos decênios. Os dados conhecidos revelam que a propensão para a realização do turismo, medida a partir da taxa de partida para férias, varia não apenas em função de fatores socioeconômicos e demográficos, como os níveis de rendimento da população, a categoria socioprofissional e a idade, mas também do tipo de habitat e da dimensão do lugar de residência (HENRIQUES, 2003, p.163).

A atividade turística quando desenvolvida conscientemente traz benefícios para a população local, e um melhor desenvolvimento do espaço, como melhores condições de vida, melhoria das ruas, praças e avenidas, infraestrutura de transporte e de lazer, bem como, a configuração de mais ofertas de emprego que é realizada para e pela atração de visitantes, garantindo primeiramente melhores condições de vida para a população residente.

Com isso, pressupõe-se que a relação entre espaço urbano e turismo, necessita de um planejamento equilibrado para que os habitantes e os visitantes convivam em harmonia. Quando existem recursos, sejam eles potenciais geográficos, históricos ou culturais, que possuam um núcleo turístico, com poder de atração e motivação sobre os turistas, é necessário que haja a infraestrutura, como vias de comunicação, hospedagem, restaurantes, transportes, instalações esportivas e recreativas, sempre baseada nos elementos físicos que compõe o mercado para poder atender as necessidades dos turistas e da população local (SANTOS L., 2010, p.33).

Na relação entre turismo e urbanização, considera-se que a atração que a cidade exerce sobre os turistas é diretamente proporcional às condições de vida de seus residentes. A política local precisa investir nos atrativos turísticos, mas também na infraestrutura da cidade.

“O entendimento de que o turismo, o espaço urbano e o planejamento estão interligados é necessário para compreender que a qualificação do espaço turístico depende da qualidade do espaço urbano e da qualidade de vida da população residente” (SANTOS L., 2010, p.33).

No caso de Salvador, a cidade apresenta como base da sua atividade turística os elementos culturais e recursos naturais, e é capaz de atrair a atenção e o interesse dos turistas em função da existência desses atrativos. Segundo Ignarra (2003) é necessário que a cultura local seja valorizada para que possa servir como atrativo turístico, sendo esta um aspecto fundamental da qualidade do produto turístico, apresentando-se como um modo de diferenciação.

O espaço turístico, como já citado, é o espaço voltado para o desenvolvimento da atividade turística, possuidores de cenários para serem visitados pelos turistas. A atividade turística leva a transformação da cidade, e conseqüentemente do patrimônio que a cidade possui. Assim, vale salientar a importância de estudar o espaço quanto identidade e história. Partindo dessa importância, a idéia de que a cidade constitui parte do patrimônio cultural e a busca por meio legais de proteção a esse bem começa a ganhar legitimidade no período posterior à Revolução Francesa.

As primeiras políticas efetivas de preservação ocorreram no contexto das grandes reformas urbanas da Europa, em meados do século XIX, e tiveram razões econômicas e estratégicas, de modo a evitar pilhagens generalizadas e proteger a propriedade pública (CHOAY, 2001, p. 145-173).

Muitos países passaram a preservar seus bens baseados nessa perspectiva vinda da Europa, principalmente com as Cartas e Recomendações sobre o patrimônio⁴. Laraia (2004) afirma que a cultura é sempre dinâmica, sendo que em todas as sociedades ela está em constante modificação. De acordo com o autor, esse processo de mudança se acentua quando ocorre contato com outros grupos, ocorrendo uma alteração no ritmo

⁴ As Cartas e Recomendações atuavam na década de XIX como uma espécie de legislação internacional, estabelecendo regras para a proteção do patrimônio cultural coletivo. Essas regras eram impostas pelas Organizações como o Conselho da Europa, a UNESCO, e o Conselho Internacional de Museus – ICON.

dessas constantes transformações. O patrimônio se inventa e re-inventa pela ação popular que continuamente acrescenta ao significado original novo significado. O diálogo entre diversas culturas é responsável pela aceleração deste processo. É importante considerar o acervo cultural presente nas diversas comunidades, a fim de entender seu valor e compreender que eles são referências para a atualidade.

O patrimônio histórico e cultural de uma localidade está ligado à identidade do grupo que representa. A cidade guarda a história, preserva um passado e recria a modernidade ocupando posição de vanguarda no cenário nacional do setor de turismo. Salvador entrou na rota mundial da atividade turística ainda nos anos 70, porém foi entre as décadas de 80 e 90 que o turismo expandiu-se e solidificou-se como uma atividade das mais estratégicas do ponto de vista da economia local.

Em geral a atividade turística é considerada como uma das maiores geradoras de emprego informais ou formais, renda e divisas, possuindo assim, um papel importante na diminuição das desigualdades sociais e econômicas. Cidades como Salvador, podem aliar o patrimônio natural ao histórico-cultural, já que é possível perceber que estamos em um momento no qual as identidades, culturas e raízes podem ser valorizadas em uma escala maior, e podendo ter grandes chances de alcançar posições de expressão turística.

Salvador possui um vasto patrimônio histórico, artístico e cultural. As condições climáticas e físicas de seu espaço urbano tornam a cidade miscigenada, dotada de características singulares, o que conseqüentemente faz um atrativo ao turismo, com amplo potencial para a expansão da economia da atividade turística. Além dos atrativos mencionados, a cidade de Salvador, dispõe de uma oferta de equipamentos e serviços turísticos consideráveis e manifestações populares conhecidas nacionalmente, como a tradicional “Terça da Benção” no Pelourinho com o Olodum ou as apresentações do Ilê Aiê, dentre outras.

Com atrativos históricos e culturais, situada na Baía de Todos os Santos, Salvador é uma das cidades que atraem um grande número de turistas. A cidade dispõe de uma infraestrutura variada com ampla rede hoteleira, assim como serviços prestados por restaurantes, bares, museus, lojas de artesanato, entre diversos equipamentos.

Ainda são muitos os desafios que a capital baiana terá que enfrentar para se constituir em um destino turístico de expressão no mercado mundial de cidades turísticas. Terá que superar questões referentes ao seu grave quadro social, à precária infraestrutura urbana turística, à

oferta de equipamentos e serviços de qualidade e com preços competitivos, à melhoria das ações de divulgação nacional e internacional etc. No que se refere aos equipamentos e serviços, estão previstos para o turismo da capital baiana, entre 2009 e 2016, investimentos privados equivalentes a 303 milhões de dólares, que deverão acrescentar mais 2.707 unidades habitacionais ao parque de hospedagem da cidade [...] (BAHIA, p. 188, 2010).

Com base nos dados obtidos na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO pode-se objetivar que Salvador recebeu um grande número de vôos nacionais nos anos de 2008 e 2009, com uma diminuição dos vôos domésticos e internacionais. Esse movimento de passageiros implica diretamente no Turismo na capital baiana e na economia local.

Movimento de Embarques e Desembarques de Passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luis Eduardo Magalhães de 1991 a 2006

FLUXO	1991	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Internacional	40.846	105.991	113.007	134.936	276.663	259.578	372.764
Doméstico	1.549.427	2.574.581	2.750.111	2.598.285	3.156.171	3.468.423	4.173.552
TOTAL	1.590.273	2.680.572	2.863.118	2.773.221	3.432.834	3.728.001	4.546.316

Tabela 1: Movimento de embarques e desembarques de Passageiros de 1991 a 2006

Fonte: INFRAERO, 2010.

Movimento de Embarques e Desembarques de Passageiros de Janeiro a Março de 2007 a 2010, no Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luis Eduardo Magalhães de Janeiro a Março de 2007.

FLUXO DE PASSAGEIROS	2007	2008	2009	2010
Doméstico	1.954.545	1.526.334	1.620.129	1.903.700
Internacional	164.671	128.687	105.933	103.920
Total	2.119.216	1.655.021	1.726.062	2.007.620

Tabela 2: Movimento de embarques e desembarques de Passageiros de 2007 a 2010.

Fonte: INFRAERO, 2010.

Salvador é uma cidade sustentada por atividades terciárias. A atividade turística classifica-se como uma atividade que está ligada a estas atividades. Em Salvador há a maior demanda pelos atrativos naturais e culturais, pela própria imagem veiculada pelo Estado, e em especial da capital. A atividade turística torna-se importante

na medida em que implica na atração de investimentos para diversos setores da economia.

3.2 TRAJETÓRIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM SALVADOR (CHS)

A atividade turística em Salvador passou por diferentes períodos desde 1930. Nesta década houve a criação da Secção de Turismo, fazendo com que a atividade turística em Salvador chega-se a uma importância maior nos anos 1950. Nesse período surgiram hotéis de luxo, agências de viagens e órgãos oficiais voltados a desenvolver o setor nas cidades em geral. Os anos 60 no Brasil representaram a época da descoberta do patrimônio histórico como um grande negócio, via turismo.

O turismo consolida-se na cidade nos anos 1980 como um novo centro urbano impulsionado por grandes empreendimentos públicos e privados, como a Avenida Paralela, a nova Estação Rodoviária e o Shopping Iguatemi. Esse crescimento e a nova centralidade fizeram de Salvador uma cidade turística.

A década de 1930 pode ser considerada o marco da institucionalização do turismo e Salvador. Nesse período, sob os auspícios do poder público municipal, foi construído o primeiro organismo gestor do turismo da cidade, a Secção de Turismo, vinculada à Diretoria do Arquivo e Divulgação, cujas funções eram restritas, basicamente ao apoio a eventos significativos do calendário soteropolitano de festas populares [...], e ao fortalecimento de informações sobre a cidade às poucas agências de viagens existentes (QUEIROZ L., 2002, p. 24).

A evolução do Turismo na cidade de Salvador e no Estado pode segundo Mello e Silva (1999, *apud* Santos J., 2001), ser dividida em quatro fases, chamadas de Fase de Implantação (1951 – 1962), Expansão do Turismo Baiano no Território Nacional (1963 – 1971), Criação de Políticas mais direcionadas ao Setor (1972 – 1990), e o Turismo como Estratégia de Desenvolvimento (1991 – 1999). Para a autora, em todas as fases pode-se perceber uma relação entre as ações municipais e estaduais, pelo fato do turismo ser planejado em âmbito regional. Como se sintetiza a seguir:

A primeira fase é denominada de Implantação (1951 – 1962) e é considerada o início da preocupação do governo com a atividade turística. A ação pública do turismo baiano passa por transformações com diferentes intensidades ao longo do processo de institucionalização, compreendendo desde a experiência da Secção de Turismo até a inclusão do turismo nos planos estaduais.

A partir de 1963 a 1971, surgiu a Expansão do Turismo Baiano no Território Nacional. “Nessa fase, além de ações institucionais, são observadas ações mais práticas,

a exemplo das diversas intervenções voltadas, principalmente, para melhorar a atratividade do local (SANTOS J., 2001, p. 28)”. Ainda segundo a autora a criação da Bahiatursa – Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A⁵, em 1968, gerida pelo governo do Estado, tem por finalidade inicial a promoção da expansão da hotelaria baiana, bem como a constituição da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que posteriormente seria transformada em Instituto Brasileiro de Turismo.

Segundo a mesma autora, a gestão turística na Bahia é marcada, historicamente, pela forte presença do governo estadual, principalmente na década de 70, quando o modelo adotado, origina um conjunto de órgãos, nascidos com a finalidade de conduzir o turismo em Salvador. Ao longo do processo evolutivo da atividade turística em Salvador, o governo estadual, visando fomentar a atividade, tornou-se então um empreendedor, investindo em equipamentos de grande porte para dotar a cidade de maior poder competitivo no cenário do turismo estadual. Hoje os novos modelos de gestão turística para Salvador prevêm ampla participação da iniciativa privada.

A terceira fase é denominada de Criação de Políticas mais direcionadas ao Setor (1972 – 1990), onde a Bahiatursa passa a assumir a condição de Empresa de Turismo da Bahia, agregando a sua função a responsabilidade de executar a política de desenvolvimento do turismo estadual. O período de 1985 e 1990 acompanhou o declínio no quadro econômico nacional, sobretudo após o Plano Cruzado, onde a economia baiana pode vivenciar um desaquecimento, “No final dessa década, devido à crise econômica que atinge todo o país, o governo reduz, temporariamente, os gastos com a promoção do setor turístico que vem a estagnar-se por algum tempo” (SANTOS J., 2001, p.31).

Para a autora a quarta e última fase do turismo em Salvador é classificada como o Turismo como Estratégia de Desenvolvimento (1991 – 1999), onde ainda no início dos anos 1990 o Estado da Bahia encontrava-se marcado pela crise econômica, entretanto, é em 1991 que a atividade turística passa a ser vista como estratégia de desenvolvimento pela nova administração. A atividade turística passa então para uma nova fase que iria de 1992 até os dias atuais.

⁵ Primeiro nome dado a organização, que hoje é conhecida como Empresa de Turismo da Bahia S/A

O CHS foi o principal espaço de uma ampla proposta de recuperação do seu conjunto arquitetônico. A recuperação fez parte de um plano voltado para o resgate, e no futuro, a ampliação dos apontadores de desempenho do turismo.

O Centro Histórico de Salvador no período de 1992 a 2010 passou por tentativas de recuperação com fins turísticos, e consequentemente econômicos. Essas tentativas de requalificação do CHS se desenvolveram em paralelo à própria redefinição do papel desempenhado pela área.

O elevado fluxo de imigrantes que aportou em Salvador na segunda metade do século XX é considerado um dos principais fatores que imprimiram dinamismo econômico à capital, pois o aumento demandado por serviços e consumos de toda ordem proporcionou a atração de investidores nos diversos ramos da economia urbana (MIRANDA & SANTOS, 2002, p. 19).

Foi no final do século XX que houve um aumento da preocupação com a atividade turística no Brasil, em um cenário de intensa competitividade entre as cidades, especialmente as turísticas. O patrimônio, enquanto mercadoria turística foi conduzido a necessidade de intervenção em áreas degradadas.

Foi nesse contexto que essas cidades passaram a perceber o turismo enquanto um importante recurso para a expansão da economia urbana, capaz de atrair fluxos de pessoas e novos investimentos, nacionais e internacionais. As camadas das classes médias e das de menor renda assimilaram e intensificaram o hábito de viagens de férias.

O desempenho do turismo de Salvador, e em consequência do seu Centro Histórico, estaria ligado a questões internas do centro urbano. Para a permanência dos visitantes seria necessária não somente a existência de serviços, equipamentos e infraestrutura de qualidade, como do mesmo modo, atrativos que o motivem a escolher pela ampliação da sua estadia.

O conjunto arquitetônico situado no CHS é orientado por uma legislação federal, Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 (BRASIL, S/D) que busca a restauração de forma integrada com a vida contemporânea, de modo a não privar o espaço de seu uso e de seus habitantes.

Com a restauração do Centro Histórico e os investimentos em atividades de lazer durante as semanas do verão, o turismo passou a se tornar a atividade propulsora da região. O CHS é responsável pelo aglutinamento de parte da maior oferta turística

para o segmento do Turismo Cultural, devido ao seu patrimônio arquitetônico e imaterial.

4 TRANSFORMAÇÕES IMPOSTAS PELA ATIVIDADE TURÍSTICA NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (CHS)

O objetivo principal deste capítulo constitui-se no objetivo do trabalho que é analisar as implicações econômicas, culturais, sociais e turísticas na área estudada durante o período de 1967 a 2010 em decorrência da implantação do turismo e dos projetos promovidos pelas esferas municipais e estaduais de gestão. Baseado em todas as informações dos capítulos anteriores como a contextualização histórica e geográfica da cidade e do CHS, bem como na análise do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, pode-se construir este capítulo.

Esta etapa do trabalho está baseada no Plano de Reabilitação Participativo, criação da parceria entre a Secretaria da Cultura e o Governo do Estado, com a Criação do Grupo Executivo e o Escritório de Referência do Centro Antigo. A elaboração do Plano partiu, segundo o documento da busca do desenvolvimento sustentável a partir da potencialidade da área a partir de 2007, sendo lançado dois anos depois.

4.1 A INTERVENÇÃO NO CHS DE 1967 A 1990

Este período foi marcado pela divulgação de relatórios para a intervenção urbana no CHS, buscando modificar diretamente a configuração da organização e desenvolvimento da área. O processo de revitalização do CHS começou em 1967 após a apresentação do relatório perante o Governo do Estado da Bahia⁶, contendo os principais problemas do Centro Histórico. As primeiras intervenções foram planejadas no mesmo ano, na época do então prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães – ACM, que visava à reabilitação urbana da área.

O Governo do Estado (BAHIA, 1967) através da Lei 2.464 de 13/09/1967 criou a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, FPACBA. Esta fundação que logo passou a se chamar Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC recebeu poderes para adquirir, restaurar, alugar ou vender os imóveis existentes no setor.

⁶ Na época o então governador da Bahia era Luiz Viana Filho.

O IPAC é um órgão voltado para a restauração social e física da área e se encarrega de preservar e restaurar o patrimônio do Centro Histórico de Salvador. Suas primeiras ações foram a aquisição e restauro de antigos edifícios para receber departamentos e instituições, como a própria Fundação, o Banco do Estado da Bahia (BANEB) e o Serviço Social do Comércio (SESC).

Assim também, segundo o documento BAHIA (2010), foram implantadas pelo IPAC uma série de ações baseadas no levantamento socioeconômico do Centro Histórico resultando, nos anos seguintes, na recuperação do Largo do Pelourinho. Outras atuações subseqüentes aos primeiros problemas identificados também foram postos em andamento a fim de preservar a área, mas sempre com base na restauração dos imóveis mais arruinados de forma isolada, não possibilitando a contenção do processo de degradação da área.

A necessidade de se revitalizar o Centro Histórico de Salvador surge a partir da década de 1960, dentro de um discurso para a cidade de Salvador como um centro de turismo e lazer, na tentativa de dinamizar a economia do Estado, em baixa desde a crise agroindustrial que assolava o país. Desde esse momento, começam a ser elaboradas propostas pelo governo para revitalização do Centro, com seu primeiro plano datado de 1969, que teve apenas parte executado, com a recuperação de alguns casarões, constituindo uma espécie de corredor turístico, de pequenas proporções. O referido projeto tinha como mote central a transformação do Pelourinho em um cenário turístico atrativo para o mercado, reposicionando o Estado o *ranking* de competição mundial entre as cidades (FÉLIX, 2009, p. 1-2).

Durante quinze anos (entre 1967 a 1982), foram enfatizadas ações preocupadas com a manutenção das casas e lojas, aumento do número de policiais nas ruas, desenvolvimento do comércio, dentre tantas outras, voltadas para o turismo e com traços de assistencialismo. Os projetos dessa época tinham como características o incentivo do comércio junto às habitações e atividades culturais, demonstrando preocupação com a diversificação das atividades.

De acordo com Nobre (200?) entre os anos de 1986 a 1989 foram desenvolvidos projetos preocupados com as questões sociais, que procuravam reforçar as raízes populares da cultura soteropolitana.⁷

⁷ Os imóveis residenciais do CHS foram pintados com cal, as paredes e telhados restaurados, as janelas e portas, bem como estruturas de madeira foram envernizadas, a estabilidade estrutural das casas sofreu um reforço de muro de concreto.⁷

Na década de 1980, o CHS entrou em processo acelerado de degradação física e social. Do início dos anos 70 aos anos 90, os projetos e planos foram desenvolvidos tanto por órgãos estaduais quanto municipais, alguns com uma preocupação explicitamente turística.

4.2 A INTERVENÇÃO NO CHS DE 1990 A 2000

Com a intervenção do Governo da Bahia devido ao potencial turístico da região, foi lançado um Termo de Referência, em 1990, para a preservação histórica do CHS. Na mesma década, foi retomado um projeto que imprimi uma nova dinâmica, com o principal objetivo de restaurar os quarteirões e não somente alguns imóveis de forma isolada.

O CHS passou por intensas intervenções na década de 1990, com a restauração de cerca de 700 imóveis, entre inauguração de restaurantes, lojas, restaurações e reformas de museus, e obras de infraestrutura para a criação de redes elétricas subterrâneas e a instalação de esgotamento sanitário. Esse período vem a coincidir com a posse do governador eleito Antônio Carlos Magalhães, que durante a sua campanha política assumiu como prioridade ao incremento da indústria do turismo, como fator de expansão e crescimento da capital e do estado. A área do Centro Histórico ganharia investimentos para o melhor desenvolvimento do turismo.

Foi criada no início do período do governo de ACM, a Secretaria de Cultura e Turismo, que buscava a exploração de ações na tentativa de propiciar o retorno do investimento público, com a prioridade de recuperação dos centros urbanos e a construção de shoppings.

O Programa de Recuperação do CHS foi desenvolvido pelo Governo do Estado através da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia via Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER e da Secretaria de Cultura e Turismo via IPAC.

A primeira etapa de restauração do CHS foi voltada para a reorganização da área que antes era na maioria de uso habitacional com poucas unidades comerciais, e que depois de restaurada passou a ser um espaço com um número maior de pontos comerciais. Nesse início da gestão de ACM o Termo de Referência orientou toda a operacionalização do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

Esse projeto de Revitalização do CHS foi apoiado pelo IPHAN, através do Programa Monumenta e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Programa de Recuperação tem como principais objetivos:

Dotar o Centro Histórico de Salvador, através da ativação do ciclo econômico, de condições efetivas para a manutenção dos bens e valores culturais de forma contínua e eficaz; Promover a recuperação e a restauração física da área do Centro Histórico, redefinindo sua função em relação à cidade e à Região Metropolitana; Criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social da área (BAHIA 1995, p. 18).

As obras de restauro e reabilitação dos edifícios históricos introduziram novos usos na área motivados pelas novas relações entre a atividade turística e a atividade cotidiana comercial. O CHS transformou-se em uma área mais comercial e turística do que habitacional, tornando-se uma atração. A recuperação dos quarteirões e prédios comuns possibilitou a demolição de imóveis ligados a outros, sem valor arquitetônico-histórico, já que estavam arruinados. Esse procedimento adotado pelo Programa de Recuperação tornou possível a abertura de espaços semi-públicos e largos apenas para pedestres, para a realização de shows e eventos de teatro e dança hoje esses espaços são conhecidos como a Praça Quincas Berro D'Água e a Pedro Archanjo.

Segundo Félix (2009), uma possível solução para o CHS passaria pela implantação de um projeto de sustentabilidade econômica e social, que possibilitasse a implantação de habitação para a classe média e de interesse social, atividades comerciais que atendam a população local e aos visitantes, como também programas de inclusão social e geração de renda para a população residente.

O Programa de Recuperação do CHS tinha na atividade cultural um intenso vetor de destinação econômica regida para o turismo e o lazer. A inserção de uma atividade econômica traz desafios históricos e estéticos difíceis, e não só os aspectos humanos, mas também as adaptações arquitetônicas básicas tornam-se tarefas a serem cumpridas. Para dar início à revitalização do CHS, o governo estadual desapropriou alguns moradores dos casarios que iriam passar pela reforma, com indenizações. Esses espaços, antes de moradia e alguns comércios populares, foram ocupados por novos negócios comerciais, que visava o consumo por classes média e alta, que seriam as possíveis frequentadoras e geradoras de renda para o CHS, como explica o próprio documento:

Antes do início das obras, foi necessário uma negociação muito intensa com os proprietários dos imóveis incluídos de modo a manter um percentual significativo das propriedades no setor privado e ao mesmo tempo ressarcir o Estado [...]. Para se atingir esse objetivo, desenvolveram-se negociações padrão: se o proprietário possuísse dois imóveis, por exemplo, doava um ao Estado e recebia o outro recuperado; quando só possuísse um imóvel, o dono cedia a sua posse em comodato por um período de 10 anos e, ao fim deste prazo, o imóvel lhe seria devolvido [...], quando não houve possibilidade de acordo, houve desapropriações (BAHIA, 1995, p. 20).

De todas as transformações pelas que o CHS passou a mais intensa foi à saída da população residente antes da revitalização. Ainda segundo o documento do IPAC (1995) as possibilidades impostas aos moradores foram: venda, desapropriação, transferência de usufruto (onde o proprietário perdia a posse sobre o imóvel em questão) e troca de propriedade ou troca de área equivalente a mesma. A análise do documento mostrou que as medidas tomadas nesse projeto foram temporárias. A implementação de um projeto dessa natureza no CHS, passou pela remoção de grande parte da população que residia no local, criando uma importante condição para a transformação social e turística da área. O projeto desconheceu as formas legais de propriedade imobiliária da legislação brasileira reconhecida na Constituição, como por exemplo, o usucapião, quando pela remoção das famílias que habitava a área.

Segundo o IPAC (1992) com as promessas de retorno a área e pagamentos de indenizações aos moradores, a desocupação prosseguiu para que a restauração fosse iniciada. Parte dos moradores deixaram as casas que passariam pelas reformas mediante acordo de indenização. Outra parte que não aceitou as propostas foram despejados. Não pode-se deixar de esclarecer que ainda houve moradores que foram readmitidos em suas residências após a restauração dos casarios, porém sob processo de seleção rigoroso do IPAC, entre os quais a constatação de que as atividades exercidas pelo morador não seria responsável pela degradação do imóvel, e que essa atividade geraria emprego, renda e atrairia consumidores, mas a mais importantes da garantia era que essa atividade seria compatível com a vocação da área, ou seja, o turismo.

O projeto de reforma, nos anos 1990, marcado pela modernização da infraestrutura, reforma de prédios, limpeza de fachadas e retirada de moradores com o intuito de atrair novos investimentos e um novo público, para a área entre o Terreiro de Jesus e o Pelourinho, que foi

transformado em um enclave de consumo e lazer, pautou-se no conceito de “*shopping* a céu aberto”⁸. Atraídos por incentivos financeiros e fiscais um grande número de estabelecimentos se instalou na região (BAHIA, 2010, p. 168).

As intervenções do poder público na renovação do CHS continuam com a reabilitação dos espaços públicos, voltados para consumo turístico e entretenimento, contando com apresentação de músicas e grupos locais, bem como bares e restaurantes. Todos os projetos apresentados faziam alusão à vinculação social e turística, porém é possível perceber que pouco foi feito em relação à população local, marginalizada na área. Como colocado pelo próprio documento analisado: “Essas reformas mostraram suas limitações e, no caso do Pelourinho, a euforia e o grande afluxo de visitantes não se sustentou por muito tempo” (BAHIA, 2010, p. 169). Essa situação foi devido a não somente à falta de trabalhos de inclusão social com os residentes no entorno do CHS, como também não houve a preocupação com a promoção de programas de combate ao tráfico de drogas e a prostituição.

As estratégias de intervenção foram muitas e podiam variar de acordo com a característica do edifício entre o restauro, recuperação, reconstrução e conservação. Alguns casarios históricos preservaram seus atributos originais foram restaurados, sendo que o seu espaço interno foi preservado. Segundo Nobre ([200?]), as casas julgadas não tão importantes historicamente foram submetidas apenas a uma reestruturação espacial, onde houve a preservação dos detalhes arquitetônicos importantes. Já os casarios deteriorados passaram por uma reconstrução com nova distribuição espacial, e as fachadas com os detalhes arquitetônicos originais. Sem esquecer-se das casas consideradas preservadas pelo tempo que passaram por nada mais que um processo de conservação.

Para restauração do local e a busca do seu modelo original, foram necessárias obras de reconstrução funcional, bem como a retirada de postes, a instalação de fiação subterrânea e sistema de redes pluviais e de esgoto. Após os reparos atividades e usos relacionados ao turismo e ao entretenimento estabeleceram-se no CHS.⁹

O piso térreo das casas menores foi ocupado por usos comerciais – lojas de souvenir, bares e restaurantes típicos. As grandes residências e os solares coloniais foram convertidos para usos culturais e de

⁸ Ampliação da infraestrutura e mudança no uso do solo para que o CHS fosse transformado em um shopping;

⁹ A exemplo da Casa de Jorge Amado e o Solar do Ferrão, hoje a biblioteca do IPAC.

entretenimento, tais como galerias de arte local, museus, casas de espetáculo, pequenos ateliês, escola de música, dança artes e ofícios tradicionais (NOBRE, [200?], p.7).

O CHS passou então por uma transformação rápida, onde as cores foram responsáveis em “dar vida” às fachadas, os largos abertos nos antigos quintais passaram a servir como praça para eventos culturais, bares e restaurantes, a exemplo da Praça Pedro Arcanjo e da Quincas Berro D’água, implantação de áreas de estacionamento, transformação de algumas ruas internas em exclusivas para pedestres e a organização dos horários para carga e descarga na área. Ainda segundo Nobre ([200?]) pode se considerar que a limpeza pública e a melhoria na iluminação foram ações que também chegaram a produzir bons saldos, o que tornou completa a reordenação de um espaço volvido para a atividade turística.

Ainda de acordo com o IPAC (1997) a restauração e intervenção resultaram na aplicação de 12 milhões de dólares e no deslocamento de 95% da população que residia no local, mostrando que o novo CHS seria um espaço destinado à exploração comercial, mas precisamente, atividades voltadas para o atendimento dos turistas.

De acordo com Félix (2009) em 1992 foi iniciada a primeira etapa de revitalização do CHS pela CONDER. O Plano de Recuperação do CHS previa sete etapas, sendo que seis delas foram postas em prática de 1991 a 1999.¹⁰ O governo do Estado apoiou-se na necessidade de expansão da economia e na atração de empregos como os principais reparos do Centro Histórico.

O projeto integral visava à recuperação de 14 quarteirões do centro, num total de 231 imóveis. Os quatro primeiros quarteirões seriam uma demonstração do potencial da área e se destinavam a atrair investimentos de modo que, “em 20 anos”, o Pelourinho seria “uma das zonas mais nobre de Salvador” (A Tarde, 1992, p.3).

Devido à diminuição do fluxo de turistas na área, novas formas de atração, bem como novos projetos foram criados e divulgados, durante os primeiros anos da década de 2000, tais como o Pelourinho Dia & Noite, e o Pelourinho Cultural, a fim de tentar mais uma vez alavancar a atividade turística na área.

¹⁰ Ainda durante o processo, o “novo” CHS foi entregue e inaugurado em março de 1993. Nos anos que se seguiam as etapas seguintes, até a quarta, foram sendo implantadas até 1995.

Tentando manter a perspectiva de lugar de consumo e lazer, a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia lançou o Programa Pelourinho Dia & Noite que patrocinava eventos festivos e programação musical constante. Esta alternativa também não foi capaz de atrair um público consumidor que promovesse a sustentabilidade econômica dos empreendimentos e do próprio espaço (BAHIA, 2010, p. 169).

O Pelourinho Dia & Noite durou cerca de dois anos, até ser substituído pelo Pelourinho Cultural, com basicamente a mesma abordagem e em vigor até o ano de 2010.

4.3 INTERVENÇÕES E ATIVIDADES PREDOMINANTES NO CHS DE 2000 A 2010

Analisando Salvador sob o prisma econômico, pode-se perceber que a capital baiana é detentora de uma economia tipicamente terciária, com atividades predominantemente ligadas a comércio, serviços e turismo. Entretanto, merecem destaque a indústria alimentícia, transformação de couro, cacau, fumo e construção civil. Segundo o Plano de Reabilitação (BAHIA, 2010) essa diversidade de negócios faz de Salvador uma cidade com potencial para se desenvolver mais ainda, atraindo um grande número de visitantes. Contudo, o desenvolvimento não é tão equitativo como afirma o documento:

A atividade comercial assim estabelecida, formal ou informal, é a de maior representatividade em Salvador e é característica da estrutura de oferta que atende, de forma particular, à demanda da população e de baixa renda que é majoritária na capital da Bahia (BAHIA, 2010, p. 174).

Assim, as lojas comerciais estabelecidas na área do Centro Histórico, de modo geral, não possuem grande importância, salve a exceção das lojas localizadas em ruas de grande movimento, ou as voltadas para a atividade turística.

O documento trabalhado para este estudo, “Plano de Reabilitação Participativo” (BAHIA, 2010), apresenta entre outras informações, dados da pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE realizados nos anos de 2005 e 2008, referente à porcentagem desse comércio varejista nas subáreas do CHS localizadas no mapa:

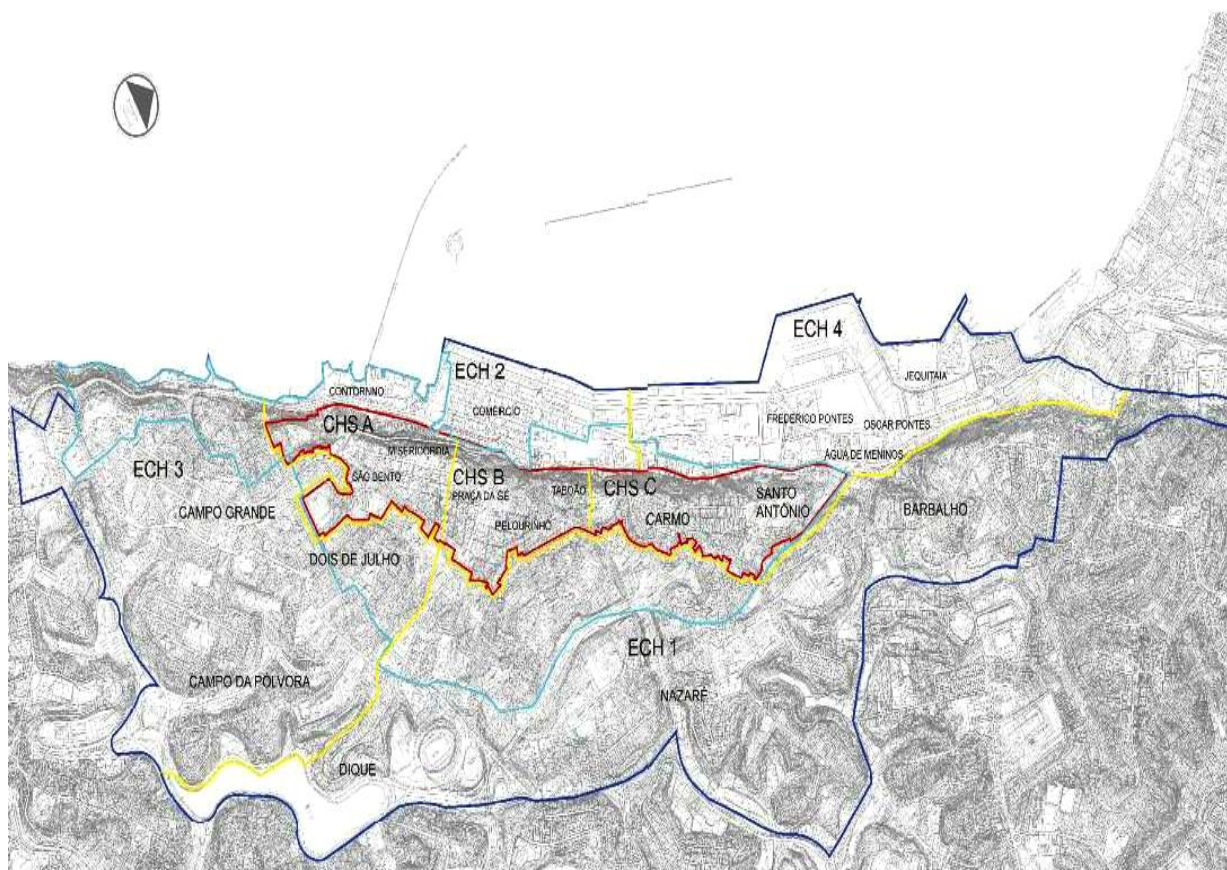


Figura 6 - Subdivisão proposta para os levantamentos de campo: CHS A, CHS B, CHS C
 Fonte: BAHIA (2010, p. 22-23)

A partir destes dados pode-se observar que na área estudada o predomínio do comércio é “de rua”, isto é, casas comerciais localizadas em imóveis nas principais logradouros.

O SEBRAE pesquisou segundo dados da publicação 968 estabelecimentos nas áreas denominadas pela instituição como Centro, sendo elas, o CHS A – São Bento/Misericórdia; CHS B – Praça da Sé/Pelourinho/Taboão; e o CHS C – Carmo/Santo Antônio Além do Carmo.

A Tabela três apresenta a porcentagem do comércio varejista do CHS, tais como artesanato, vestuário e alimentos e bebidas - A&B:

Área	Comércio de Vestuário	Artigos de Informática	Vestuário e Acessórios	Suvenires/Artesanato	A&B
CHS A	12,4%	13,9%	-	-	-
CHS B	-	-	25,7%	7,5%	-
CHS C	-	-	-	-	31,8%

Tabela 3: Comércio varejista oferecidos no CHS.
 Fonte: BAHIA (2010). Organização própria.

O CHS-A é composto pelo São Bento e a Misericórdia, destacando-se nessa área o comércio de vestuário 12,4% e artigos de informática 13,9%. O CHS B (Praça da Sé/Pelourinho/Taboão) a maior predominância é de artigos de vestuário e acessórios com 25,7%, em seguida os artigos de suvenires, bijuterias e artesanato com 7,5%. Já o CHS C (Carmo/Santo Antônio Além do Carmo) em comparação com as duas demarcações anteriores, não há um número expressivo de estabelecimentos varejistas. A predominância da área está no setor de Alimentos e Bebidas com 31,8%, demonstrando o potencial que essa área tem para o serviço em questão.

A pesquisa constatou que o comércio informal é predominante na área do CHS voltadas tanto para o público externo, quanto para a população local.

O SEBRAE ainda pesquisou os tipos de serviços oferecidos nas áreas em questão, como se observa na tabela a seguir:

Área	Serviços Produtivos	Serviços de Ordem Social	Serviços de Ordem Pessoal	Serviços de Alimentação	Serviços de Alojamento
CHS A	20,2%	15,4%	5%	-	-
CHS B	12,1%	-	-	20,4%	4,8%
CHS C	13,3%	-	7,4%	-	33,8%

TABELA 4: Serviços oferecidos no CHS.

FONTE: BAHIA (2010). Organização própria.

São considerados serviços produtivos: os escritórios, agenciamentos, serviços de arquitetura e engenharia e locação de mão-de-obra. Esse serviço corresponde a 20,2% dos estabelecimentos no CHS A. Os serviços classificados como de ordem social (administração pública, defesa e seguridade social) obtiveram a participação de 15,4% e os de ordem pessoal (alimentação) detiveram 5%.

Na área do CHS B o serviço de alimentação têm um espaço maior no comércio com 20,4%, demandados pela atividade turística. O serviço de alojamento obteve 4,8%. Os serviços produtivos representam 12,1%, e as atividades de cultura, como espetáculos e shows obtiveram 3,6% nessa área.

No CHS C os serviços de alojamentos representam 33,8% dos estabelecimentos localizados na área. Segundo a pesquisa o CHS C possui uma

capacidade de atração desse tipo de estabelecimento, bem como restaurantes e bares para dar suporte às atividades de lazer e turismo. Serviços como produtivos somam 13,3%, e os serviços pessoais 7,4%.

De acordo com a pesquisa em questão elaborada pelo SEBRAE, é possível perceber que o CHS atrai um grande número de investimentos na área de Alimentos e Bebidas, tanto quanto Alojamentos. Essa atração é devido ao grande número de turistas que visitam o local.

O Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador traz ainda uma porcentagem de equipamentos de hospedagem localizados no CHS, apresentados na tabela a seguir:

Identificação das Áreas	Nº de MH	% MH	Nº de Leitos	% Leitos
São Bento/Misericórdia – CHS A	6	4,32%	329	4,45%
Pelourinho/Sé/Taboão – CHS B	25	17,99%	1080	14,61%
Carmo/Santo Antônio CHS C	27	19,42%	839	11,35%
Ladeira da Praça/Barroquinha	13	9,35%	666	9,01%
CHS	71	51,08%	2914	39,42%

TABELA 5: Meios de Hospedagem (mar/2008)

FONTE: BAHIA (2010 *apud* Bahiatursa/EMBRATUR). Organização própria.

No CHS há a predominância dos estabelecimentos formais, em especial quando falamos do Santo Antônio/Carmo, que atrai novos empreendimentos hoteleiros, como pousadas de charme, e restaurantes. Quando se trata de informalidade, o CHS é marcado pela presença dos ambulantes de forma acentuada. Fica evidenciado que os estabelecimentos de prestação de serviços são de administração pública, seguridade social, serviços de escritório, pessoais, alojamento e alimentação que dão suporte ao lazer e turismo.

Pode-se notar que a área do CHS tem recebido inúmeros investimentos em equipamentos de hospedagem. Recentemente, o CHS recebeu um empreendimento de pequeno porte, porém sofisticado, na região conhecida como Largo do Cruzeiro de São Francisco.

O Villa Bahia se instalou no Largo do Cruzeiro de São Francisco, no coração do Pelourinho. O hotel pertence a um grupo francês que administra a segunda maior operadora de turismo da França, especializada em viagens personalizadas. Sua clientela, quase sempre

européia, é de alto poder aquisitivo e fiel à procura de hotéis de charme, que ofereçam excelentes serviços e estejam localizados em ambiente de elevado teor cultural (SALVADOR, 2008b, p. 21).

No caso de ações destinadas a reabilitação do CHS, o Plano de Reabilitação foi concebido em sete etapas, visando realizar uma intervenção junto ao Centro Antigo. As últimas modificações no CHS foram feitas no ano de 2009, através do Monumenta, um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Governo Federal. A atuação do programa tenta incorporar a noção de que o patrimônio é um recurso econômico a partir de normas e diretrizes, bem como realocar moradores para edifícios revitalizados do CHS.

Ainda no mesmo período, ganhou visibilidade a questão do número de ambulantes que se instalavam na área do CHS. Assim, a administração municipal de Salvador divulgou que “a questão dos ambulantes locais já está sendo definida: ao todo, 120 ambulantes que não eram cadastrados saíram do Pelourinho e outros 40 cadastrados foram relocados para o Largo do Cruzeiro de São Francisco” (SALVADOR, 2009).

Os comerciantes do Pelourinho cobrem, na manhã desta quarta-feira, 2, as fachadas dos antigos casarões do Centro Histórico com panos pretos. Eles também vão fechar as portas das lojas a partir das 15h, quando prometem fazer uma manifestação no Terreiro de Jesus. Segundo o presidente da Associação dos Comerciantes do Centro Histórico de Salvador (Acopelô), Lenner Cunha, o ato é um protesto contra a falta de políticas públicas para a região. [...] (A TARDE, 2010).

A sétima etapa do projeto iniciada em 2006, ainda requer melhorias quanto à funcionalidade econômica e social. O Governo da Bahia tem em vista com a última parte do projeto “colocar” o CHS no roteiro de visitação baiana indispensável. Algumas das ações para que isto seja possível estão localizadas nas reformas de igrejas e museus de grande visitação.

O objetivo do Plano de Reabilitação para o CHS consistiu em:

Reabilitar o Centro Antigo de Salvador, através de um conjunto de diretrizes, estratégias, proposições e ações sustentáveis que reflitam as necessidades desta área, articulando democraticamente o território e os diversos interesses a partir do seu patrimônio material e imaterial (BAHIA, 2010, p. 273).

A partir desta parte do documento, foram elaboradas 14 preposições para a reabilitação da área em questão, com a inclusão social e conservação dos valores sócio-culturais locais, a partir de 2010 até o ano de 2014.

São as preposições: Fomento a atividade econômica; ampliação da competitividade das atividades econômicas; preservação da área da encosta do frontispício; incentivo ao uso habitacional e institucional no Centro antigo; Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do Centro antigo; Qualificação dos espaços culturais e dos monumentos; Estruturação do turismo cultural; Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável da área; Otimização das condições ambientais; Requalificação da infraestrutura; Redução da insegurança; Valorização da área a partir da educação patrimonial; Criação de um centro de Referência da cultura da Bahia; e gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação.

A elaboração desse Plano de Reabilitação visa nos próximos anos:

Busca-se reverter à situação de esvaziamento habitacional e o déficit acentuado de infraestrutura social, gerar sinergias com outros projetos e coordenar investimentos públicos e privados no perímetro de intervenção, criando uma gestão territorial integrada e inclusiva, contemplando a diversidade e a complexidade da área em diferentes dimensões (BAHIA, 2010, p. 276).

Até 2010, o governo buscou atrair empreendimentos da área de cultura e turismo para estimular a economia. Todas essas formas de atração para alavancar a economia da área têm apresentado resultados poucos expressivos.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho apresentou-se um estudo e pesquisa das transformações urbanas gerada pela atividade turística no perímetro do Centro Histórico de Salvador - CHS, já que a região constitui-se como de grande importância para a população soteropolitana pela história e cultura, e devido ao crescente interesse de visitantes nacionais e estrangeiros.

A análise crítica dos resultados das transformações sofridas na região possibilitam entender que embora inexista um plano urbanístico completo, compreensível, pronto e acabado para o CHS, ele vem sendo montado paulatinamente nas ações práticas do Estado, com omissão da prefeitura ao longo do tempo nos últimos três anos. Ou seja, praticamente inexistente um discurso e uma ação direta da prefeitura ao longo dos últimos governos sobre o Centro Histórico de Salvador, pelo menos como proposta.

As formas de intervenção que tiveram como principal foco o desenvolvimento do turismo levaram, em muitos casos, ao “enobrecimento” destas áreas, desencadeando consequências tais como a expulsão da população local, mudanças na atividade econômica e no perfil de renda da área e alterações nas dinâmicas cotidianas. Como foi visto ao longo do trabalho, para se requalificar o CHS foi necessária a remoção da população de renda financeira baixa que habitava a área. Porém, esse processo não foi feito de maneira correta, já que a relocação em muitos casos não aconteceu, deixando muitos desses moradores desabrigados, ou mesmo a utilização da força policial para retirada desses moradores.

A disseminação de projetos de intervenção no CHS está relacionada, principalmente, com potencial econômico que a mesma possui para a cidade de Salvador, mas, sobretudo para a atividade turística. Essa motivação trouxe como resultado a desapropriação e a relocação dos moradores. A atitude que o governo demonstrou para resolver os graves problemas existentes foi facilmente resolvida com expulsão dos moradores, sem ao menos aproveitar a oportunidade para desenvolver uma política de cunho social.

O fenômeno CHS é considerado as expressões de um povo que se perpetuam ao longo dos anos, para tanto, é preciso a elaboração de um projeto voltado para as questões sociais primeiramente, dando subsídios a população local para fazer parte do crescimento econômico, das novas estruturas que hoje estão presentes na área. A

recuperação do CHS não é apenas uma questão de restauração arquitetônica das casas e da área em geral. É preciso uma recuperação econômica, para assim, reintegrá-lo à economia urbana formal, valorizando o que a cultura local pode oferecer.

Os sítios históricos são sempre áreas privilegiadas, com infraestrutura de lazer e cultura, consumo e serviços especializados, convivendo geralmente com uma intensa atividade turística. São áreas de intensa atividade econômica convivendo com o patrimônio cultural, histórico e artístico de uma localidade.

Para a atividade turística ser inserida em uma área deve-se ser considerados fatores como, a interação do visitante com o meio, sobretudo quando este meio, detém importantes contribuições históricas e monumentos. O vínculo que o turista estabelece com o patrimônio e a população local representa modificações significativas na dinâmica dos espaços culturais.

São quase 45 anos desenvolvendo relatórios, projetos e planos voltados à restauração e revitalização do Centro Histórico de Salvador. As transformações do CHS não se resumem a problemática do centro como uma totalidade, mas sim, a um projeto esboçado na estratégia demonstrada em 1967, definindo o papel de Salvador voltado para o turismo e lazer. Na análise dos projetos e planos de todos esses anos é possível constatar que os discursos do governo são voltados para a orla e o CHS, já que possuem localizações privilegiadas para investimentos, visando à relação turismo/lazer em Salvador.

Com a posse do então prefeito Antonio Carlos Magalhães, na década de 1990, houve a redefinição da política. Já que muitas das suas promessas de campanha vinculavam no CHS. Entretanto, ACM não assumia um discurso oficial da gestão pública da cultura e do turismo, mas é responsável por dar base para a criação da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. As políticas culturais desenvolvidas nessa época foram limitadas, porém já era possível perceber a disposição para a priorização do turismo e da cultura e a gradativa direção da gestão cultural pelo fator econômico. Talvez essa época tenha sido a mais especulada e visada, contudo, pela ligação e ações do então prefeito, isto é, uma forte “pressão” a cerca dos trabalhos desenvolvidos para o Estado da Bahia e a cidade anteriormente, principalmente para o CHS.

É possível perceber nas práticas de intervenção estratégias políticas e comerciais de valorização econômica alguns reflexos de investimentos com o principal objetivo de ampliar o mercado, sobretudo o imobiliário e o turístico.

Percebe-se que o CHS, bem como, outros centros importantes de história e cultura, contudo degradados, do ponto de vista social e econômico, vem se configurando como objetos de programas e políticas governamentais para a revitalização, como forma de atrair investimentos. Essas políticas visam, em sua maioria, a readequação paisagística e o estímulo às mudanças de padrões ocupacionais, através da realocação da população de baixa renda que habitavam nas áreas, em questão a do CHS, para áreas de pouca visibilidade social e política, onde a mesma população não possa dar visão à “maquiagem” que as ações governamentais fazem.

O que pode-se afirmar aqui, é o fato de que realmente o CHS passou por mudanças ao longo desses anos, porém nenhuma dessas mudanças pode ser considerada fixa. São projetos e planos voltados para uma visibilidade momentânea.

Foi possível identificar períodos históricos significativos de desenvolvimento da atividade turística, julgadas determinantes para a atual condição em que o local encontra-se. É passível de identificar também, que os projetos elaborados e os que foram executados ainda não são o suficiente para manter a área como um atrativo. Os projetos existem, porém não estão sendo executados da maneira correta ou a longo prazo, isto é, todos esses projetos atuam em um determinado período, onde são responsáveis em produzir resultados imediatos, porém logo depois voltam a se tornar áreas que precisam novamente de investimentos. O CHS tornou-se uma área que necessita de constantes reformas.

É importante ressaltar que todas essas modificações que ocorrem no CHS correspondem também a uma ação da comunidade, e não somente do poder público ou privado. Isto é, para que o CHS permaneça ou venha a ser um centro de cultura e história preservado a relação entre comunidade e espaço precisa de respeito para com o patrimônio situado na área. Deve-se entender a necessidade de tratarmos o Centro Histórico de Salvador, como um patrimônio histórico e cultural, a fim de favorecer não somente a nós, como população local, mas também os visitantes, já que as transformações ocorridas na área aconteceram atreladas à atividade turística.

A cidade de Salvador necessita de uma infraestrutura apropriada para a demanda turística que recebe bem como uma manutenção adequada àqueles que já existem. Cabe também às políticas de turismo um incentivo maior na divulgação da cidade, e eventos durante todo o ano, e não apenas no verão, proporcionando a atividade turística uma menor sazonalidade. Os segmentos e produtos ofertados são ainda pouco diversificados, dificultando a atração de um maior número de visitantes.

No que diz respeito à relação entre o setor público e privado, a atuação do primeiro ainda é privilegiada. Pode-se pensar que falta confiança mútua para que ajam juntos. É necessária uma relação mais estreita entre os setores com a intenção de melhorar os recursos que a cidade possui.

A simples existência dos planos e projetos não garantem a efetivação do que foi proposto na concepção inicial. O Projeto de Revitalização do CHS foi constituído sob um papel social, no qual ao passar dos anos, não pode ser efetivado, isto é, devido às inúmeras transformações das quais o CHS passou, junto à população local, para que fosse revitalizado, esses projetos foram perdendo a concepção de atuação sobre o problema social, passando puramente a questões econômicas. Apesar de todos os investimentos feitos pelo governo, o CHS estará sempre suscetível a sazonalidade, porque todos esses projetos não surtiram um efeito prolongado. Cabe ao governo delimitar o CHS como uma Zona especial de interesse social, visando a priorização da área para moradia e preservação da memória e identidade cultural da população, bem como dar apoio a captação de recursos para novos projetos em consonância com as novas tendências ou mesmo integrar os turistas através do estímulo as empresas de turismo com roteiros culturais de interesse turístico, além é claro, de uma manutenção preventiva, assistido como Patrimônio Histórico da Humanidade, coibindo o excesso do uso comercial e a especulação imobiliária no CHS e entorno.

REFERÊNCIAS

A TARDE. **SALVADOR**. Jornal, 1992.

A TARDE. **Comerciantes Do Pelourinho protestam contra falta de políticas públicas**. Salvador, 02 jun. 2010. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=2785706>. Acessado em: 26 fev. 2011.

AMORIM, J. de S. M. **Turismo Pedagógico: potencialidades e práticas no Centro Histórico de Salvador**. UNEB, Salvador, 2010.

ARAÚJO, H. A. DE. **Geografia e Literatura: um elo entre o presente e o passado no Pelourinho**. Salvador, 2007. UFBA, dissertação.

BAHIA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Edificado II: sítios históricos, núcleos urbanos e estorno**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº22, 1987. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/asp/iphan.asp?Pesq=Centro+Hist+F3rico+de+Salvador&bib=revistasT>.

BAHIA. Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). **Porto de Salvador**. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Portos/Salvador.pdf>. Acessado em: 18 jul. 2010.

BAHIA. Governo do Estado. **Centro antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo**. Escritório de Referência do Centro Antigo (UNESCO), Salvador: 2010.

BAHIA. Governo do Estado. **Centro Histórico: A memória de Salvador**. TVE. IDERB. 2004.

BAHIA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). **Uso do solo e levantamento sócio-econômico dos quarteirões 2m, 5m, 6m e 10m**. Salvador, IPAC. 1992.

BAHIA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). **Centro Histórico de Salvador – Programa de Recuperação**. Salvador: Corrupio, 1995.

BAHIA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). **Pelourinho: Levantamento sócio-econômico**. Salvador, 1997, 2ª Ed.

BAHIA (Estado). Decreto no 2.464, de 13 de setembro de 1967. **Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, Casa civil, Salvador, 1967**. Disponível em: [http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates\\$fn=contents-frame-h.htm\\$cp=legsegov/leiord/leiordec1960/leiord1967/leiord1967set\\$st=document-frameset.htm\\$tf=main\\$3.0](http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates$fn=contents-frame-h.htm$cp=legsegov/leiord/leiordec1960/leiord1967/leiord1967set$st=document-frameset.htm$tf=main$3.0). Acessado em 17 jan. 2011

BARRETO, M. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horizontes Antropológicos, Out. 2003, vol. 9, nº 20.

BRASIL. Decreto Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. **Lex: Legislação Ordinária de Tombamento**. Constituição Federal. Disponível em: www.cultura.pe.gov.br/legislacao_federal.doc.

_____. (2000). **Ciências Sociais aplicadas ao turismo**. In: BRUHNS, H.; LUCHIARI, M. T.; e SERRANO, C. (2000). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas – SP: Papyrus.

_____. **Planejamento e Organização em turismo**. Campinas: Papirus, 2002.
Apud DIAS, R. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local e sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

BRANDÃO, M. de A. **Uma proposta de valorização do centro de Salvador**. In: GOMES, M. A F. (org.). *Pelo Pelô - história, cultura e cidade*. Salvador: EDUFBA/MAU/ UFBA, 1995.

BRASIL. INFRAERO AEROPORTOS. **Estatística: Movimento operacional da rede Infraero de janeiro a março de 2010**. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>. Acessado em fev. 2011.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Estação Liberdade –Editora da UNESP. São Paulo: 2001.

CIDEU – **Centro Iberoamericano de desarrollo estratégico urbano**. Disponível em: <<http://www.cideu.org/site/content.php?id=133&lang=pt>>. Acesso: 25 mai. 2010.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CRUZ, R. de C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001. DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DIAS, C. **Salvador e as novas questões metropolitanas**. Disponível em: http://www.cbtu.gov.br/eventos/serie/sal/desenvolvimento_urbano.pdf. UFBA.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DOREA, L. E. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Salvador: Edufba, 2006. Coleção Bahia de Todos.

FÉLIX, U. **Habitação de interesse social: uma Nova centralidade para o Centro antigo de Salvador**. SENGE. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: http://www.observatoriodasmetroles.ufrrj.br/download/Habitacao_Interesse_Social_salvador.pdf. Acessado em 01/fev.

FERNANDES, I. P. **Economia do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

FILHO, P. A. P. **Salvador. Artigo: O Planejamento Urbano em Salvador**. Revista Veracidade, v.1, nº2, ano 1991, Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/versoes/N02.pdf>. Acesso em 26/01/2011.

FRANCO, A. de. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: ARCA, 2002.

GOTTSCHALL, C. de S.; SANTANA, M. C. de. (organizadoras). **Centro da Cultura de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006.

HENRIQUES, E. B. **A cidade: destino de turismo**. Revista da Faculdade de Letras. Geografia série I, vol. XIX, Porto, 2003.

- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- KRIPPENDORF, J. **Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: 2004.
- LOPES, J. C. **O turismo e o desenvolvimento regional do Norte e Nordeste**. FIPE, n.120, jul. 1990.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MATTOSO, K.M. de Q. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MELLO E SILVA, S. B. de. Geografia, Turismo e Crescimento: O Exemplo do Estado da Bahia. In: Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. In: SANTOS, J. **Turismo em Salvador: A produção de dois espaços**. Monografia. UNEB, Salvador: 2001.
- MIRANDA, L. B.; SANTOS, M. A. S. C. dos. **Pelourinho: Desenvolvimento socioeconômico**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. Coleção Selo Turismo.
- NOBRE, E. A. C. **Intervenções Urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação do Pelourinho**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo. 200?. Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/intervencoes_urbanas_Salvador.pdf
- OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. **Dados econômicos**. Disponível em: <http://www.unwto.org/index.php>. 2001.
- _____ **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- QUEIROZ, L. A. de. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento**. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.
- QUEIROZ, M. **Turismo e Desenvolvimento local**. S/D. Disponível em: www.cult.ufba.br/.../TURISMOEDESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf.
- RAMACCIOTTI, G. **O Pelourinho abre as portas do comércio**. Disponível em <http://soteropolitanosdocentohistorico.wordpress.com/2007/11/21/o-pelourinho-abre-as-portas-do-comercio/>. 2001.
- RUSCHMANN, D. SOLHA, K. T. **Planejamento turístico**. Editora Manole, 2001.
- SALVADOR. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador**. Prefeitura Municipal, Salvador, 2008a.
- SALVADOR. **Centro Antigo de Salvador: uma região em debate**. V.1.n.2. Secretaria de Cultura do Estado. Salvador: 2008b.

SALVADOR. **Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador**. Secretaria de Cultura. S/D. Disponível em:

<http://www.centroantigo.ba.gov.br/apresentacao/diferenca-centro-historico-centro-antigo/>.

SALVADOR. Câmara Municipal. **Revitalização do Pelourinho**. Disponível em: http://www.cms.ba.gov.br/noticia_int.aspx?id=528. 2009. Acessado em: 9 fev. 2011

SANTOS, E. B. Dos. Cinema, **Salvador e Cidade Baixa**. II ENECULT, UFBA. Salvador, 2006. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecul2006/elisabete_barbosa_dos_santos.pdf.

SANTOS NETO, I. C. **Centralidade Urbana: espaço e lugar na cidade de Salvador**. Tese. São Paulo: FAUUSP – Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, J. **Evolução, decadência e requalificação do centro comercial e financeiro da cidade do Salvador-BA**. Salvador: Revista Veracidade, nº2, 2007a.

_____. **“Revitalização” da área do Comércio em Salvador-BA: A construção de consensos sobre requalificação de áreas centrais urbanas**. Dissertação. Salvador: UNEB, 2007b.

_____. **Turismo em Salvador: A produção de dois espaços**. Monografia. UNEB, Salvador: 2001.

SANTOS, L. **As transformações espaciais urbanas e a atividade turística em Itapuã, Salvador – BA**. UNEB. Monografia. Salvador, 2010.

SANTOS, M. **O centro da cidade do Salvador: Estudo de geografia urbana**. 2 ed., Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

_____. **O centro da cidade do Salvador**. Salvador. Universidade da Bahia, 1959.

SANTOS NETO, I.C. **Centralidade Urbana: espaço e lugar na cidade de Salvador**. Tese. FAUUSP. São Paulo, 1991.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macro planejamento da aglomeração de Salvador**. Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998.

SHIROSHIMA, H. **Turismo, Consumo, Impacto Social e Natural: Algumas Considerações**. Disponível: www.estudosturisticos.com.br. Maceió, 2003.

SILVA, C. L. **A cidade de Salvador nos seus 465 anos**. Salvador: EDUNEB, 2005.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP. Salvador, Ba. EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, M. & VALLA, M. **O urbanismo português: séculos XIII – XVIII**. Lisboa: Livros horizonte. 1999.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador: Transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.